

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

“PEREGRINOS DA ORDEM DO DESENVOLVIMENTO”: A
TRAJETÓRIA DOS GESTORES PÚBLICOS CELSO
MONTEIRO FURTADO, ALBERTO GUERREIRO RAMOS,
RÔMULO BARRETO DE ALMEIDA, JESUS SOARES PEREIRA
E CLEANTO DE PAIVA LEITE NA FORMAÇÃO DO ESTADO
REPUBLICANO (1930-1964)

DANIEL DELFINO SOUZA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**“PEREGRINOS DA ORDEM DO DESENVOLVIMENTO”:
TRAJETÓRIA DOS GESTORES PÚBLICOS CELSO MONTEIRO
FURTADO, ALBERTO GUERREIRO RAMOS, RÔMULO BARRETO DE
ALMEIDA, JESUS SOARES PEREIRA E CLEANTO DE PAIVA LEITE NA
FORMAÇÃO DO ESTADO REPUBLICANO (1930-1964)**

DANIEL DELFINO SOUZA

Sob a Orientação do Professor
César Augusto Miranda Guedes

e Co-orientação do Professor
Pablo Bielschowsky

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Junho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719" Souza, Daniel Delfino, 1991-
"Peregrinos da ordem do desenvolvimento" a serviço
do Brasil: a trajetória dos gestores públicos Celso
Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo
Barreto de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleantho
de Paiva Leite na formação do Estado republicano (1930
1964) / Daniel Delfino Souza. - Seropédica, 2019.
86 f.: il.

Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes.
Coorientador: Pablo Bielschowsky.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas,
2019.

1. História econômica brasileira. 2. Prosopografia.
3. Gestores públicos. 4. Trajetória. I. Guedes, Cezar
Augusto Miranda, 1954-, orient. II. Bielschowsky,
Pablo, -, coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. IV.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

DANIEL DELFINO SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/06/2019

Cézar Augusto Miranda Guedes
(Orientador)

Adrianno O. Rodrigues. Dr. UFRRJ

Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley. Dr. FGV

Agradecimentos

A presente dissertação não poderia chegar ao seu remate sem o importantíssimo apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar agradeço a Deus por todas as bênçãos alcançadas e por sua bondade que se estende de geração em geração.

Agradeço a Capes pelo financiamento desta pesquisa e pelo empenho em contribuir com o crescimento da produção acadêmica de qualidade no Brasil. É de extrema necessidade que essa instituição seja cada vez mais fortalecida para dar continuidade às instituições que se dedicam a construir o conhecimento no país para o desenvolvimento da sociedade.

Agradeço aos meus pais que muito se esforçaram e nunca negligenciaram a importância da construção do conhecimento e me deram total apoio para que eu pudesse ingressar em uma boa Universidade, depositando em mim seu amor e sua confiança e aos meus irmãos Iago Delfino Souza e Thiago Delfino Souza.

Agradeço aos mestres que tive a oportunidade de conhecer ao longo do caminho e que me ensinaram que nada tem valor se não for a favor de uma transformação social, através do respeito, tolerância e pensamento crítico. Agradeço, especialmente, ao Professor Dr. César Augusto Miranda Guedes, por ter aceitado o convite de ser meu orientador neste trabalho, ao Professor Dr. Robson Dias da Silva que muito colaborou com a minha permanência na Universidade. Registro minha grande gratidão aos professores Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley e Adrianno O. Rodrigues pelo aceite em participar da defesa da minha dissertação.

Agradeço ao meu companheiro José Roberto Granna Júnior por estar ao meu lado nos momentos felizes e difíceis e por toda compreensão ao longo dessa jornada.

Agradeço aos meus amigos Wagner Muniz, Fernanda Coelho, Thayná Bitencourt Cabral Brilhante, Matheus Augusto Silva Santos e Bruno Abreu Bom que muito me ensinaram e contribuíram para que meus dias fossem mais felizes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. ("*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*").

RESUMO

A partir de 1930 o Brasil passou por um período de grandes transformações estruturais onde as políticas implementadas favoreceram a articulação do território e deu início a uma dinâmica nacional, ao contrário do arquipélago de economias regionais. Também possibilitaram a reestruturação da administração pública do país e a expectativa de formação de uma elite técnica originada pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que cuidou de formar Recursos Humanos capazes de elaborar e conduzir projetos para o desenvolvimento do país. A realização dessa expectativa veio à tona no Segundo Governo Vargas, materializadas na Assessoria Econômica e em outros órgãos técnicos. Tendo em mente a importância do estudo de personagens que possuem um papel decisivo ao idealizarem diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira, a presente dissertação se propõe a abordar um estudo com o foco em recuperar a memória de gestores públicos e analisar a elite técnica do Estado, no período 1930-1964. Pretende-se resgatar e compreender a formação e a trajetória desses ilustres Peregrinos enquanto gestores públicos na construção do estado republicano brasileiro moderno. Os cinco gestores escolhidos – Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleanto de Paiva Leite – são nordestinos, de origem humilde, migraram ainda jovens para a capital à época, Rio de Janeiro, e exerceram a atividade de economista mesmo possuindo formações diversas. Para alcançar os objetivos, a metodologia a ser utilizada será o levantamento de dados, análise de referencial bibliográfico, entrevistas e material histórico e a aplicação da prosopografia. Busca-se com esse trabalho responder quais as experiências mais importantes para a reflexão das políticas federais de desenvolvimento do Brasil em seu período desenvolvimentista na visão desses grandes pensadores.

Palavras-Chave: Peregrinos, Assessoria Econômica, Getúlio Vargas, DASP, Trajetória.

ABSTRACT

From 1930 on, Brazil began to undergo a period of great transformation, as a year after the beginning of a process of articulation of the market and the beginning of a national dynamics, the previous one of the archipelago of regional economy. It is also possible that the public administration of the country has an expectation of formation of a technical elite originated by the creation of the Administrative Department of the Public Service (DASP). A request for this expectation came to light in the Second Vargas Government, materialized in the Economic Advisory and others. To have a mind of the importance of the character have an important decisive to projects to projects in mind in the memory of actions analysis the brazilian analysis is a present dissertation. State, in the period 1930-1964. It is intended and understands a formation and an exhibition of customs Pilgrims as public managers in the construction of the modern Brazilian republican state. The five chosen managers - Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto de Almeida, Jesus Soares Pereira and Cleanto de Paiva Leite - are Northeastern, of humble origin, still migrated young people to the capital at the time, Rio de Janeiro, and exercised an activity of economist even having diverse formations. The objectives are the methodology, the bibliographic analysis methodology, interviews and historical data and the application of prosopography. The paper seeks to answer the most important experiences for a reflection on Brazil's federal development rights in its developmental period in the view of great thinkers.

Key words: Pilgrims, Economic Advisor, Getúlio Vargas, DASP, Trajectory

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos do Plano SALTE (em milhões de cruzeiros)	15
Tabela 2 - Despesa total do Plano por setor para o quinquênio 1950-55	16

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória dos Peregrinos (1930 - 1964)	60
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SBOLOS

AEPR	Assessoria Econômica para Presidência da República
AI	Ato Institucional
ALALC	Associao Latino-Americana de Livre Comércio
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenao de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDI	Comisso de Desenvolvimento Industrial
CEPAL	Comisso Econômica para a América Latina e o Caribe
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CMBEU	Comisso Mista Brasil-Estados Unidos
CNI	Confederao Nacional da Indústria
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentao de História Contemporânea do Brasil
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DSP	Departamento do Serviço Público
EBAP	Escola Brasileira de Administrao Pública
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundao Getúlio Vargas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAM	Instituto Brasileiro de Administrao Municipal
Ibesp	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONU	Organizao das Nações Unidas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SGV	Segundo Governo Vargas
SUDENE	Superintendia do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendia da Moeda e do Crédito
UDN	Uno Democrática Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945) E AS MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
1.1 O INÍCIO DE UMA “NOVA ERA”	5
1.2 – DASP.....	9
CAPÍTULO II – ASSESSORIA ECONÔMICA PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	13
2.1 ANTECEDENTES	13
2.2 O SEGUNDO GOVERNO VARGAS.....	16
2.3 A ASSESSORIA ECONÔMICA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	19
2.3.1 A concepção e os objetivos da Assessoria Econômica para a Presidência da República	19
2.3.2 Constituição da Assessoria Econômica para a Presidência da República.....	21
2.4 PROJETOS DA ASSESSORIA ECONÔMICA	23
CAPÍTULO III – A TRAJETÓRIA DE CINCO SERVIDORES PÚBLICOS ENTRE 1930 E 1964: OS PEREGRINOS	26
3.1 CELSO FURTADO.....	26
3.2 GUERREIRO RAMOS	29
3.3 RÔMULO ALMEIDA	31
3.4 JESUS SOARES PEREIRA	34
3.5 CLEANTO DE PAIVA LEITE.....	39
3.6 QUADRO E ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA	43
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

“Como célula procuro reviver esta humanidade num esforço infinitesimal. Julgo-me cumprindo um dever de consciência, dever íntimo, alto dever que cumpriram e cumprem muitos altissonantes espíritos e, certamente, maior número de párias, como eu, que se sacrificaram e se sacrificam pela perfectibilidade de compreensão entre os homens¹”.

¹ Trecho retirado da carta enviada à Rômulo Almeida por seu pai, Eduardo de Souza Almeida, em 1954 (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 26).

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante dos resultados do grupo de pesquisa “Peregrinos da ordem do desenvolvimento”², que se iniciou em junho de 2017, na Fundação Getúlio Vargas com participação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Universidade de Pernambuco (UPE). O grupo de pesquisa faz parte de um projeto maior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³ com a temática inserida naquela de trajetórias de vida de pessoas significativas para a compreensão da história do Brasil republicano. O foco do grupo foi recuperar a memória de gestores públicos e analisar a elite técnica do Estado, no período 1930-1964 e como contribuíram para a formação da estrutura econômica e administrativa do Brasil.

Com base em materiais de referencial empírico e de caráter memorialístico – biografias, depoimentos, entrevistas, relatórios, memórias, etc. – que visam consagrar a história de indivíduos reconhecidos, este trabalho tem por objetivo resgatar e analisar a trajetória de Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleanto De Paiva Leite enquanto servidores públicos civis e suas relações pessoais através de suas origens sociais, trajetórias profissionais, conhecimento técnico e os recursos sociais adquiridos, que justificavam a posição adquirida por eles dentro da esfera federal do Estado, de elaborar e executar projetos de dimensão nacional e a cooperação destes para a formação de um Estado moderno e mais desenvolvido.

Pretende-se alcançar também com esta pesquisa o estudo da conjuntura política e econômica dos anos que por ela são compreendidos e de que forma influenciaram a vida dos cinco peregrinos estudados, dando destaque para dois importantes momentos da política brasileira: Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946 e que culminou com uma reforma política e administrativa e proporcionou que os peregrinos adquirissem um capital simbólico importantíssimo para aquele que é o segundo momento importante destacado por essa dissertação, que foi o Segundo Governo Vargas e o auge da carreira de alguns deles na Assessoria Econômica para Presidência da República em 1951.

Algumas pesquisas investigaram o período 1930-1964 sobre diferentes aspectos da formação do Estado brasileiro e ressaltaram o papel dos economistas neste processo (MARTINS, 1976; DRAIBE, 1985; BIELSCHOWSKY, 1988; LOUREIRO, 1997). Dentre os diversos gestores públicos, tidos como economistas, que se destacaram neste período, Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleanto de Paiva Leite aparecem representados como acadêmicos e intelectuais de influência sobre o processo desenvolvimentista brasileiro. Todos eles são personagens importantíssimos por suas atuações e participações nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros, principalmente durante a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país.

Coube aos personagens em questão um papel decisivo ao idealizarem diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira e participarem ativamente da formação das organizações e instituições do Brasil contemporâneo (LIMA, 2013). Nordestinos, oriundos, em sua

2“Peregrinos da ordem do desenvolvimento” é como Celso Furtado (2014, p. 382) se referiu aos seus companheiros de SUDENE num discurso em 1964.

3Essa pesquisa faz parte de projeto apoiado pela Capes por meio do Edital 013/2015 Memórias Brasileiras: Biografias

maioria, da baixa classe média e membros de uma mesma geração que migrou cedo para o Rio de Janeiro, então capital federal, ingressaram ainda jovens na carreira de serviço público e se tornaram técnicos e dirigentes, ocupando cargos de alto escalão. Os peregrinos aqui estudados fizeram parte de uma elite⁴ de técnicos e dirigentes com formação prática nos mais variados órgãos da estrutura pública. Segundo Caminha (2014), compreender de que maneira essas elites dirigentes se formam permite “(...) análises mais finas acerca das engrenagens do Estado Brasileiro, sua formação e transformação, bem como a sua dinâmica social no espaço das elites dirigentes” (CAMINHA, 2014, p. 18).

A decisão de escolha pelo período de 1930 a 1964 se deve ao fato de que a Revolução de 1930 marca o início da construção da moderna República sob o comando de Getúlio Vargas. Iniciou-se aí o período de transformações políticas, econômicas e sociais no território brasileiro conhecido como a Era Vargas que compreende de 1930 a 1945. Embora o regime político fosse autoritário e centralizador, o Estado tinha o firme propósito de se modernizar e ainda que o poder central se utilizasse das oligarquias agrárias regionais cooptando-as através de favorecimentos, o Governo Vargas passou a ser o legítimo representante da emergente burguesia industrial (OLIVEIRA, 1970).

A característica centralizadora da Era Vargas pode ser percebida na forma em que a Administração Pública foi estruturada. A centralização de funções no governo central, antes distribuídas às oligarquias regionais demandou de uma “burocracia com capacidade técnica e administrativa capaz de conduzir a reformulação estrutural do país” que buscava avançar com objetivos claros de expansão do desenvolvimento autônomo da indústria nacional (OLIVEIRA, 1970).

Somente a partir da década de 1930, com o surgimento da Nova República, houve uma reformulação e tentativa de modernização do serviço público brasileiro que até então era pautado pelo patrimonialismo⁵. Dessa tentativa surgiu o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável pela racionalização, estruturação e profissionalização da Administração Pública brasileira. Inspirados na experiência americana da *scientific management* ou administração científica, seus dirigentes organizaram diretrizes para admissão através de concurso público, treinamentos e planos de carreira com base no mérito, o que proporcionou a formação de uma elite especializada, com uma nova visão para a administração pública (RABELO, 2011).

“Esta disjuntiva na forma de atuação do Estado no aspecto administrativo consolida-se no primeiro governo Vargas, com a criação do DASP em 1938 e suas ramificações estaduais, os “daspinhos”, ao mesmo tempo em que surgem alguns órgãos da administração indireta com finalidades regulatórias, caso do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC), da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Também nesse período tem início o ciclo de criação de grandes estatais, como a Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)” (GUEDES, 1994).

4 O conceito de elite burocrática perseguido por esse trabalho é o de N. Bobbio que diz que“(...) em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político) (...)” (BOBBIO, 1998, p. 384)

5 O patrimonialismo é uma forma de exercício da dominação por uma autoridade, a qual está legitimada pela roupagem da tradição, cujas características principais repousam no poder individual do governante que, amparado pelo aparato administrativo recrutado com base em critérios unicamente pessoais, exerce o poder político sob um determinado território.

A nova etapa da Administração Pública que se iniciava em contraponto ao clientelismo instaurou os modelos burocráticos utilizando-se da teoria burocrática de Max Weber, resultante da concepção weberiana de autoridade legal⁶. O sociólogo alemão, já no século XIX, define a burocracia como uma estrutura de poder ordenada e com distribuição dos poderes com subordinação sucessiva de uns aos outros, onde determinados indivíduos – os burocratas – submetidos a normas de conduta específicas e determinadas executam as decisões de uma organização. Sendo assim, o termo burocracia se relaciona com três fenômenos distintos: estrutura de poder, sistema de gestão e grupo social (WEBER, 1971; TENÓRIO, 1983; OLIVEIRA, 1970).

A escolha também se deve ao fato de que, em 1964, o golpe civil-militar interrompeu a carreira de gestor público de nossos investigados de diferentes maneiras: Celso Furtado e Jesus Soares Pereira tiveram seus nomes incluídos na primeira lista de 100 pessoas cassadas editada no AI-1 (FURTADO, 1985; LIMA, 1975), da mesma forma como Guerreiro Ramos teve que deixar o país em 1966; Furtado, como diretor do BNDE, havia criado e sido o primeiro superintendente da SUDENE, de onde saiu para o exílio, após ter tido rápida passagem como ministro do Planejamento no governo João Goulart (1961-1964; ver Furtado, 2014); já Cleanto Paiva Leite teve que deixar o cargo de confiança que ocupava representando o governo brasileiro no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e retornou ao país passando a atuar na iniciativa privada (Lima, 2013); Rômulo Almeida também exercia cargo no exterior quando do golpe, pois atuou, entre 1961 e 1966, como secretário-geral da Área Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), e retornou ao Brasil tornando-se uma “espécie de servidor público exilado no setor privado” (BARBOSA E KOURY, 2012, p. 1079)

Em 1951, Vargas retorna ao poder em um governo muito conturbado, mas que representou um período de transformação, reorientação política, reordenamento econômico e a participação de diferentes grupos de interesse dentro do aparelho estatal. O governo foi classificado como nacional-desenvolvimentista, centrado na industrialização e na modernização do setor primário, através de medidas intervencionistas a fim de incentivar a substituição de importações e a diversificação na produção primária, com prioridade no mercado interno. Esse período suscitou entre os pesquisadores se o segundo governo Vargas teve ou não uma estratégia para o desenvolvimento capitalista para o Brasil.

A fim de alcançar os objetivos traçados, foi elaborada uma biografia coletiva dos Peregrinos com o propósito de elaborar uma prosopografia⁷ que pudesse trazer a reconstituição da trajetória social e profissional dos personagens estudados. Segundo Stone (2011), a prosopografia pode ser encarada como uma técnica de estudo de biografia coletiva e análise de carreiras. “[...] é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Logo, o suporte prosopográfico se mostra eficiente para conduzir os estudos.

A estratégia consiste em estabelecer um conjunto de indivíduos a ser estudado e então submeter cada membro do grupo a um questionário comum – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação,

⁶Ver WEBER, M. Textos Coligidos. São Paulo: Ática, 2001.

⁷ “Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente com base numa estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse corpus de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador” (MICELI, 1991, p. 347)

tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. De posse dessas informações elas são testadas com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação e assim determinar os efeitos da ação coletiva dentro de uma sociedade em um tempo determinado (FERRARI, 2010).

Tem crescido a busca de pesquisadores por uma metodologia, empregada nas Ciências Sociais, que visa utilizar-se de fontes primárias ligadas às histórias de vida de elites sociais e culturais e a relação dos indivíduos com o mundo, através da análise da sua biografia ou autobiografia (MONTAGNER, 2007). Isto está paralelo aos estudos de biografias e trajetórias ligados à teoria dos campos de Pierre Bourdieu e que permite analisar os mecanismos que constituem uma elite social em um determinado período histórico.

Para Bourdieu (1996) a prosopografia, como elemento de análise para além do indivíduo, proporciona identificar o passado em comum dos indivíduos e como as transformações sociais foram construídas a partir das perspectivas das trajetórias elucidadas dos atores examinados em questão. Nesse ponto conecta-se o esforço conjunto, mesmo em trabalhos individuais que se somaram ao final, no constructo de instituições em prol do desenvolvimento local e regional, sobretudo a região Nordeste brasileira, a partir das décadas de 1930 a 1960.

Bourdieu é um dos grandes sociólogos do século XX e solidifica o centro da sua pesquisa em teorizar as práticas sociais e como elas são um reflexo da “interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”. Dentre os conceitos teorizados pelo sociólogo, destacamos os mais importantes - “*habitus*”, “campo” e “trajetória” - de forma a sustentar a análise.

O conceito de “*habitus*” corresponde a uma matriz onde o indivíduo é localizado de acordo com a sua posição social e que lhe permite vislumbrar as mais variadas situações, traduzindo, dessa forma, o estilo de vida. O “campo” é definido como um espaço autônomo, de relações sociais, abstrato, com relações específicas, estruturado em torno do capital simbólico, que por sua vez expressa as conquistas dos agentes específicos pertencentes a determinado campo e que nele atuam. Por fim, entende-se por trajetória a vida dos indivíduos, ligado fortemente a suas estruturas sociais, isto é, os percursos de vida são o resultado das interações produzidas e das experiências sociais internalizadas e externalizadas (BOURDIEU, 1989; 1996).

Para dar conta do que se propõe, além dessa introdução, o trabalho conta com outras quatro seções. No primeiro capítulo optou-se por apresentar um panorama sobre as mudanças propostas pelo Primeiro Governo Vargas, a reformulação da administração pública e a criação do Departamento Administrativo para o Serviço Público. No segundo capítulo é apresentada uma breve historiografia do Segundo Governo Vargas e a criação daquela que foi uma das principais estratégias de Getúlio: a Assessoria Econômica para a Presidência da República. No terceiro e último capítulo são apresentadas e analisadas as trajetórias sociais e profissionais dos cinco peregrinos. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO I – PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945) E AS MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Revolução de 1930 foi objeto de diferentes leituras que a classificaram como uma revolução burguesa, outros como uma revolução das classes médias, e outros apenas como um golpe militar. Qualquer que seja a interpretação, todas convergem para um único ponto: o de mudanças na economia, na política e no território brasileiro. Durante quinze anos (1930-1945) o Brasil viveu a conhecida “Era Vargas” que se dividiu em três momentos: o período do Governo Provisório (1930–1934), quando Vargas governou por decreto após a Revolução, o período da constituição de (1934-1937) e o período do Estado Novo (1937-1945). Com esta seção objetiva-se apresentar um panorama sobre as mudanças propostas pelo Primeiro Governo Vargas. Não se trata aqui de descrever ou analisar o período do primeiro governo Vargas, pois há uma infinidade de trabalhos de excelência sobre o tema. A intenção é muito mais aproximar o fio condutor entre a reformulação da administração pública e a criação do Departamento Administrativo para o Serviço Público e as implicações na trajetória dos Peregrinos.

1.1 O Início de uma “Nova Era”

O Brasil é um país de dimensões continentais. A área do seu território corresponde à quase metade toda a dimensão territorial da América do Sul. Junte-se a isso a pujança econômica e o dinamismo político que contribuíram para posicioná-lo como principal nação da parte sul. Vale destacar que ao longo de sua história esses fatores contribuíram tanto para o seu desenvolvimento quanto influenciaram na produção de desigualdade e desarmonia entre as diversas áreas que constituem o seu território (FILHO, 2010).

Desde o início da sua formação, “a economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital” (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 39) capaz de gerar excedentes no mercado internacional, que transferisse os lucros gerados internamente para a Metrópole e que não competisse com os seus produtos.

[...] o exclusivo metropolitano, era o mecanismo fundamental pelo qual o excedente gerado na colônia se transferia à burguesia comercial metropolitana, bem como providenciava que por ela fossem supridos os mercados coloniais. A exclusividade na compra rebaixava ao máximo os preços de aquisição dos produtos coloniais e a exclusividade na venda estabelecia para os produtos metropolitanos os mais altos preços possíveis. A este mecanismo básico de transferência de lucros acrescia outro, a tributação [...] (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 40).

Entre o Brasil colonial até o fim do Brasil imperial não havia ainda um território integrado, o país era um imenso “arquipélago econômico” de economias regionais de base primário-exportadora e mão de obra escravocrata que tinham foco o mercado externo (CASTRO, 1971; GUIMARÃES NETO, 1989; NATAL, 1991; FILHO & BESSA, 1995). Segundo Oliveira (1993), as articulações dessas economias regionais se direcionavam muito mais para fora do que para dentro do espaço nacional. Isto é, esse conjunto de ilhas regionais possuía a sua dinâmica determinada por mercados externos e da produção predominante de cada região. Esse pensamento

é corroborado por Milton Santos que também afirmou que em um primeiro momento, o Brasil era um “arquipélago” com áreas de produção mecanizada e, ao longo do tempo, foram se interligando até chegarmos, de fato, à integração nacional pós-1945 (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 31).

Segundo Filho (2010) não bastassem as distâncias, a precariedade nas estruturas de transporte, comunicação e os aspectos naturais que dificultavam adentrar pontos mais afastados dos grandes centros do país e a centralização do poder, incapaz de interligá-lo, também colaboraram para a constituição do espaço territorial brasileiro semelhante a uma série de ilhas com pouquíssimas relações entre si até 1930.

Durante o período da chamada República Velha (1889-1930), o Brasil passou a experimentar uma nova forma de governo. Contudo o poder político da república continuava a serviço das oligarquias regionais que se mantiveram fortes e sucediam-se no poder central, como ocorria no típico exemplo da política do café-com-leite⁸. A força do Estado foi utilizada para o enriquecimento de pequenos grupos familiares. Além disso, ao longo desse período foram surgindo novos grupos sociais que ganharam força, como por exemplo, os militares, industriais e o surgimento de uma classe média urbana.

“Essa expansão das novas classes médias se dá na última etapa do desenvolvimento do capitalismo agrário - ascenso da economia cafeeira, multiplicação das atividades governamentais - que acompanha o aumento da população urbana. Nessa análise é indispensável levar em conta a distinção entre o puro crescimento vegetativo do setor industrial (provocado pelas oportunidades abertas pela expansão da economia agrário-mercantil) e a industrialização enquanto processo social de transformação da sociedade capitalista agrária. Por industrialização se entenderá não só o desenvolvimento das forças produtivas e mecanização, mas a aceleração da divisão social do trabalho, dominação crescente do capital sobre o trabalho, submissão da economia agrária às necessidades industriais, imposição ao conjunto da sociedade de critérios capitalistas de “racionalidade” (rentabilidade, produtividade, expansão). A descolagem da acumulação industrial do complexo cafeeiro só ocorrerá a partir de 1929. Ao nível do bloco no poder (o conjunto das classes dominantes) também ocorrerão modificações: ao nível político ocorrerá o que se poderia igualmente chamar de descolagem entre os grupos ligados ao complexo cafeeiro e o Estado, abrindo a possibilidade para a quebra da antiga hegemonia dos grupos cafeeiros e a formulação de novas alianças de classe. Assim, o surgimento e a expansão dessas classes médias estarão ligados ao aparecimento do que chama Décio Saes de *mercado de trabalho não-manual urbano*. Diferentemente dos processos de constituição das classes médias nos países centrais, esse mercado começa a ser delineado numa etapa de capitalismo agromercantil, pré-industrial” (FAUSTO, 1997, p. 18-19).

É certo dizer que, na quase totalidade das vezes, os interesses dos cafeicultores coincidiam com os interesses da classe urbana industrial, que vai se formando nesse processo de industrialização. Logo não podemos afirmar que havia um conflito de interesses do capital industrial versus capital agrícola-cafeeiro. O processo revolucionário que culminou com a posse de Getúlio Vargas em 1930 e que teve início na década de 1920 com as forças armadas, na verdade, está na insatisfação daqueles que tinham outros interesses. Tratava-se dos efeitos políticos do

8Arranjo político promovido durante o governo do então presidente Campos Sales (1898-1902) e os governadores e presidentes estaduais com o objetivo de superar as incertezas políticas que marcaram os primeiros governos da República. Permitiram minimizar a influência das oposições e selou o comprometimento da presidência da República com as oligarquias dominantes nos estados, estabelecendo um novo equilíbrio entre estes e o poder central. Esse domínio se manifestou na hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação dos presidentes da República e perdurou até a Revolução de 1930.

processo de urbanização pelo qual o Brasil passava e da contestação ao Estado Oligárquico que não era capaz de atender às suas demandas.

Juntando-se a essa insatisfação já instalada contra as oligarquias, surgiu em agosto de 1929 a Aliança Liberal como movimento político que começou na região do Sul, mais precisamente no Rio Grande do Sul e recebeu apoio dos estados de Minas Gerais e da Paraíba. Esse movimento propunha: A conquista do poder pelo voto, reforma administrativa, reforma do ensino e independência do poder jurídico. “A Aliança é apresentada pelos seus defensores como um movimento civil, baseado na coligação de três estados liberais sem, contudo, ter conotações regionalistas” (OLIVEIRA, 1978).

Retrocedendo um pouco em relação ao aspecto político, em 1926, Washington Luís assumiu a Presidência da República representando o estado de São Paulo. Seguindo o acordo pré-definido da política de alternância da presidência, o próximo indicado seria de Minas Gerais, representado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Washington Luís quebrou o acordo e indicou Julio Prestes, presidente do estado paulista. Sendo assim, o presidente de Minas Gerais ao observar tal situação fez uma aliança com representantes do Rio Grande do Sul para lançar Getúlio Vargas como candidato à presidência nas eleições de 1930 (D'ARAUJO, 2011)

No contexto internacional, a década de 1920 foi marcada por uma crise que segundo Hobsbawm em “A era dos extremos” (1995), a crise de 1929 foi “o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos”. Embora o epicentro tenha sido na economia dos EUA, mais precisamente na bolsa de valores, as reverberações implicaram a todos os países do Sistema Capitalista. (HOBSBAWM, 1995).

Com esse acontecimento, o arcabouço teórico de referência para as políticas econômicas nacionais, que até então compreendia o liberalismo econômico, passou por uma reformulação. Os Estados Nacionais passaram a intentar ações de proteção do mercado interno e erguendo barreiras à importação. Esse rompimento com o *laissez-faire* provocou uma queda, tanto na demanda externa como nos preços externos pelo nosso principal produto de exportação: o café. Segundo Baer (2003), os preços caíram pela metade e isso atingiu fortemente a receita que o Brasil tinha com a exportação do café.

Juntando o contexto internacional com o contexto interno, podemos dizer que a crise de 1929 potencializou a crise política e social do Brasil e levou a uma movimentação política, puxado pela Aliança Liberal, no sentido de alterar a vulnerabilidade do país frente ao contexto internacional, evidenciando a necessidade de se alterar as funções desempenhadas, até então pelo Estado, em relação ao apoio a atividade do café (BAER, 2003).

O contexto de crise facilitou o movimento militar revolucionário na derrubada do então Presidente Washington Luís, no dia 31 de outubro de 1930, e impediram a posse do Júlio Prestes, vitorioso nessa eleição. O assassinato do paraibano João Pessoa, candidato à vice-presidência de Vargas, no dia 26 de julho de 1930, foi o estopim que apressou a derrubada, pela força das armas, da Primeira República. Conseguiram colocar o seu representante no poder – Getúlio Dornelles Vargas (ou apenas Vargas) – o mesmo que havia perdido as eleições diretas para Prestes.

Getúlio Dornelles Vargas, ou apenas Vargas, nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 1882 em uma família dona de fazenda e com prestígio na política local. Vargas teve uma breve passagem pela cidade de Ouro Preto em Minas Gerais (entre 1897 e 1898), onde tinha o intuito de estudar. Porém logo teve que retornar ao Rio Grande do Sul e cursou Direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Iniciou a carreira política como prefeito da sua cidade natal e depois galgou outros cargos na carreira política, como deputado estadual e federal. Vargas era seguidor do positivismo, pertencia a um grupo de tenentes e intelectuais autoritários, defendia uma

brusca centralização institucional e também uma intervenção estatal, em prol do desenvolvimento econômico. Por isso:

“No dia 11 de novembro de 1930, com o incentivo dos militares, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso e todas as Assembléias Legislativas, além de suspender os direitos políticos. Para Vargas, os impasses brasileiros eram causados pela anarquia político-administrativa. Assim, entre 1930 e 1945, desencadeou uma centralização político-administrativa jamais vista no Brasil. Nesse período, popularmente designado "Era Vargas", essa administração caracteriza-se por uma combinação de intervenção política do governo federal nos estados, com uma centralização administrativa inspirada na organização racional-legal das instituições governamentais” (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 34).

A partir deste momento as transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil passaram a ser evidentes em um regime político, que embora continuasse autoritário e muito mais centralizador, acreditava que o Estado tinha a necessidade de se tornar mais moderno. E, embora o poder central continuasse se utilizando das oligarquias agrárias regionais cooptando-as através de favorecimentos, o Governo Vargas passou a ser o legítimo representante da emergente burguesia industrial.

“Na década de 30, modernizar o Brasil seria não apenas direcionar os investimentos nos transportes, na saúde e na educação, era preciso também reunir todos os territórios, controlá-los de maneira a ser possível unir a população com vistas à segurança nacional. A partir dessa perspectiva pressupunha-se que o Brasil superaria suas “amarras” coloniais no que se refere ao processo de ocupação e o “sertão” passaria a integrar o processo de desenvolvimento de cidades e indústrias. Isso seria possível apenas se todas as regiões estivessem interligadas” (ARRAIS, 2016, p. 4).

Foram estruturadas políticas de integração territorial através de um projeto nacional. Após 1930, o governo federal incentivou a “Marcha para o Oeste⁹” e a criação de territórios federais que eram frações de estados com vasta extensão territorial e baixo povoamento. Segundo Gallo (2010) “estes programas almejavam uma unidade nacional através do fortalecimento das fronteiras, com a ambição de ocupar efetivamente vastas áreas pouco habitadas do Brasil, principalmente nas regiões Sul, Centro-Oeste e Amazônica” (GALLO, 2010, p. 61). Esse ideal de integralização somado às dificuldades¹⁰ impostas pela geomorfologia para expansão das malhas ferroviária e rodoviária são fatores para o desenvolvimento do transporte aéreo brasileiro e fez da aviação “(...) um elemento fundamental de uma integração ponto-a-ponto de partes do país” (GALLO, 2010, p. 63). Outro ponto de conexão do território foi a comunicação que:

“Passa a atuar na conexão de espaços frágeis, do ponto de vista da integração, em áreas já consolidadas. Esse fluxo, à época, se deu por distintos instrumentos, a exemplo do telégrafo e do telefone. Contudo, focamos o presente trabalho na circulação de

9 A Marcha para o Oeste foi um movimento ocorrido durante a Era Vargas (1930-1945), especificamente no Estado Novo (1937-1945) com o intuito de pensar esta conexão entre os estados. “Foram criados comissões e órgãos do governo para avaliar como se daria a efetivação do projeto e a ocupação territorial. Várias missões foram instituídas sendo que essas tinham como destino o sertão para realizar análises do solo e dimensionar como ocorreria a migração” (ARRAIS, 2016, p. 5).

10 Segundo Gallo (2010), as complexas características geomorfológicas do Brasil inviabilizavam a materialização de uma rede de transportes eficiente. O custo de estender as malhas ferroviária e rodoviária para o interior do país exigiam um custo muito elevado, dada a tecnologia disponível.

informações jornalísticas, agrupadas em uma Rede de comunicações que até 1950 era composta de rádios, jornais e revistas” (FILHO, 2010)

Um dos pontos fortes da Era Vargas foi a clara intenção de reforma do Estado e de mudanças sociais. Estudos anteriores à década de 1930 mostravam que para um processo de modernização da sociedade brasileira seria necessário impulsionar indivíduos dotados da capacidade de entender o Brasil e auxiliar nas tarefas exigidas pela ação pública para o desenvolvimento e a modernização (SIMONSEN, 1933).

Em dezembro de 1935, Vargas tomou a iniciativa e nomeou dois confidentes: Luiz Simões Lopes (político gaúcho) e Moacir Ribeiro Briggs (diplomata), para dirigirem a Comissão Presidencial e elaborarem um relatório definitivo da situação do funcionalismo público. Conhecida como Comissão do Reajustamento, esta criou um plano de cargos e salários, instituiu o concurso público como critério de ingresso no serviço público e criou o Conselho Federal do Serviço Público para promover a unificação das carreiras e dos vencimentos nas repartições federais. Em outubro de 1936, as recomendações foram transformadas na Lei de Reajustamento dos Quadros e dos Vencimentos do Funcionalismo Público Civil da União (Lei 281).

A administração pública brasileira se aproximou do modelo clássico racional-legal, adquirindo regras de ingresso, pisos salariais, critérios de progressão e um sistema de acompanhamento e avaliação (WAHLRICH, 1983).

“O modelo administrativo racional-legal, defendido por Simões e Briggs, era influenciado pelas teorias clássicas da administração pública e sintetizava seis princípios: 1. funcionários públicos sem lealdades políticas; 2. hierarquias e regras bem definidas; 3. permanência e estabilidade no emprego; 4. institucionalização derivada de um perfil profissional bem demarcado; 5. regulação interna para evitar arbitrariedades e 6. isonomia salarial e das condições contratuais” (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 36)

As análises da administração sobre a década de 1930 (em especial no período posterior à 1937) destacam a reforma administrativa que se instalou como orientadas pelo propósito de constituição de um serviço público aparelhado de quadros técnicos nos moldes da burocracia weberiana. No mesmo período, as análises da ciência política procuram entender essa administração moderna como parte de um projeto nacional e desenvolvimentista, centralizador por parte do Estado e promotor do desenvolvimento e instaurador da ordem moderna. (BRASIL; CEPEDA; MEDEIROS, 2014)

1. 2 – DASP

Responsável pela administração nos níveis de formulação de diretrizes as questões de pessoal adquirem importância tão logo o dirigente tem de selecionar assistentes e se tornam cada vez mais complicadas tão pronto ele tem necessidade de delegar parte de suas responsabilidades a substitutos ou representantes. Elas incluem não só as técnicas administrativas básicas em sua forma especificamente pública, mas também as atividades dedicadas ao fornecimento da ampla gama de serviços por que são responsáveis os governos e órgãos auxiliares. Antes de ampliar o alcance de suas atividades, os governos têm de assegurar-se de que há pessoas disponíveis que são capazes de pôr em prática as técnicas necessárias, se não dentre os funcionários e empregados então no meio da comunidade (GLADDEN, 1974).

Diferentemente disso, o cenário encontrado por Getúlio Vargas com relação ao serviço público brasileiro era de total desmantelamento e ineficiência.

"Ao assumir a Chefia do Governo Provisório, investido pela Revolução vitoriosa, verifiquei que a situação do País, conforme o povo a pressentia e o otimismo oficial disfarçava, era de completo dismantelo: os orçamentos desequilibrados; as despesas públicas efetuadas à margem das formalidades legais; a desordem administrativa instaurada como norma; uma dívida flutuante de total desconhecido; o crédito, no exterior, abalado pela falta de pagamento de vários compromissos e por vultoso descoberto; as reservas-ouro esgotadas; as rendas públicas em declínio; enfim, o desequilíbrio das forças econômicas acarretando a depreciação de nossos principais produtos de exportação e agravado pela ruínoza política do café. Impunha-se-nos, de início, ordenar a vida administrativa e propugnar o saneamento moral e material do País, pela adoção de medidas de efeito rápido e certo, com poder bastante para modificar costumes, métodos e processos prejudiciais. Cumpria-nos reduzir despesas, coibir abusos, reformar serviços dispendiosos e sem eficiência, equilibrar orçamentos, suprimir déficits e, sobretudo, simplificar, melhorando, a antiquada e ronqueira máquina administrativa" (WAHRLICH, 1975, p. 62).

Por isso, como parte da reforma de Estado empreendida por Vargas que visava à aceleração da industrialização, também estava uma mudança na administração de pessoal, conduzida por Maurício Nabuco e Luiz Simões Lopes¹¹, capaz de conduzir as mudanças propostas pelo governo.

Surgiu assim o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que foi previsto pela Constituição de 1937, no seu artigo 67. Como a Constituição previa que o Departamento deveria ser organizado por um decreto do Presidente, em 30 de julho de 1938 foi instituído o Decreto-Lei nº 579 que deu vida ao DASP, organizou o seu funcionamento e determinou seu local na estrutura do Estado, diretamente subordinado ao Presidente da República. Dessa forma, o DASP pode ser compreendido como a tentativa de formar e capacitar a mão de obra da administração pública e modernizar o serviço público e com isso torná-lo mais eficiente e impessoal reduzindo o clientelismo e substituindo as elites oligárquicas de funções políticas e administrativas, ou seja, é a implementação do conceito da administração científica.

Antes mesmo da criação do DASP, algumas outras medidas reformistas foram feitas, pois se reconhecia que para o desenvolvimento do país seria necessária uma organização do funcionalismo público. Dentre essas medidas estão a criação da Comissão Permanente de Padronização (1930); sistema do mérito na Constituição (1934); normas para administração de pessoal e sistema de classificação de cargos (1936).

"O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se deveria fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais" (CPDOC, 2009).

Os governos estaduais logo passaram a ver com bons olhos o trabalho que estava sendo organizado pelo DASP no governo central e, a partir de 1942, o modelo de atuação do departamento se estendeu às unidades federativas, começando com a organização do Departamento do Serviço Público da Bahia. A pedido dos governos estaduais, outros "daspinhos" (designados como DSP-

¹¹ Primeiro diretor-geral do DASP.

Departamento de Serviço Público) foram fundados em Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás. Seguindo os parâmetros centrais, os "daspinhos" foram encarregados pela análise de racionalização das instituições públicas, estaduais e municipais. Para melhorar o seu desempenho, as unidades e os setores de estatísticas dos escritórios estaduais do IBGE foram transferidos aos "daspinhos". (ABU-EL-HAJ, 2005)

Foram atribuídas ao Departamento as tarefas de promoverem estudos pormenorizados das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos e modifica-los a fim de torna-los mais econômicos e eficientes; redistribuir de forma racional os grupos de trabalho os grupos de trabalho; organização de proposta e fiscalização da execução orçamentária, sob instruções presidenciais; promover o aperfeiçoamento e readaptação dos funcionários civis da União; auxiliar o Presidente na avaliação de projetos; inspecionar o serviço público; selecionar os candidatos aos cargos públicos federais.

Referente aos peregrinos por esta pesquisa estudados podemos dizer que o DASP proporcionou a eles um aparato técnico e intelectual dando a alguns deles arcabouço suficiente para conduzirem projetos ousados de grande magnitude e que serviram para alavancar o desenvolvimento autônomo brasileiro. Cleanto de Paiva Leite, por exemplo, foi funcionário de carreira do DASP, com tarefas relacionadas à política externa e posteriormente integrou a Assessoria Econômica para Presidência da República; Alberto Guerreiro Ramos foi técnico de administração do DASP e posteriormente assessorou o Presidente Getúlio Vargas durante o seu segundo governo e atuou como diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Celso Furtado iniciou sua carreira pública no DASP e trilhou sua carreira até atingir a posição de Ministro de Estado no governo João Goulart (1961 – 1964).

No balanço que Glauco Lessa, diretor-geral do DASP de 1969 a 1974, destaca-se que:

“Da atuação do DASP até 1964 diremos, apenas que, tendo conhecido fases de ascensão e de declínio, ao sabor das crises políticas que pontilharam a vida nacional ao longo das últimas décadas, os alicerces que construiu, em sua própria estrutura e na de todo o Serviço Público, sustentaram a instituição no contexto da vida administrativa do País, com saldo significativamente positivo” (LESSA, 1970, p. 12)

Fato é que o papel assumido pelo DASP foi o de ser um órgão central para gerir os recursos humanos da administração federal, não apenas de execução, mas também de estudo, consulta, planejamento, normatização e controle (FREITAS, 1966), despertando assim o interesse pelo estudo da administração e da aplicação dos seus conceitos no Estado. Isso propiciou a formação de uma elite técnica que “(...) se diferenciava de outros grupos de trabalhadores pelo caráter técnico e transformador atribuído (...)” (RABELO, 2011).

Essa identidade assumida pelo grupo promoveu um novo espírito reformista e a organização de um contingente que estaria capacitado para idealizar e realizar os projetos essenciais nos governos posteriores. Também é um fato que o DASP propiciou a melhora na qualidade tanto dos serviços ao realizar a organização dos métodos de trabalho e a simplificação do funcionamento dos serviços bem como a gestão e padronização de materiais a fim de combater desperdícios e alcançar a eficiência quanto dos servidores públicos ao instituir o primeiro estatuto dos funcionários públicos civis federais que dispunha sobre a regularização e sistematização das condições de provimento dos cargos públicos, os direitos e vantagens, bem como os deveres e responsabilidades e adoção do sistema meritocrático, dedicaram-se em realizar cursos, tanto no Brasil quanto no exterior e por isso adquiriram um capital cultural capaz de diferenciá-los.

“Data desse período a criação de diversas autarquias no campo econômico e social, bem como de sociedades de economia mista, tais como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Nacional de Álcalis e outras. Sem qualquer dúvida, foi durante esse período histórico que se estabeleceu a base da estrutura administrativa que possibilitou o posterior desenvolvimento brasileiro” (CPDOC, 2009).

Contudo, não é possível afirmar que o modelo administrativo burocrático foi capaz eliminar completamente as mazelas do funcionalismo público brasileiro. Como atenuante, o conflito entre as negociações políticas presentes no governo, o funcionalismo público resistente às mudanças, o formalismo e o caráter centralizador do DASP não permitiram que as novas técnicas propostas ao serviço público pelo grupo obtivessem o resultado esperado. Segundo Bresser-Pereira:

“(…) embora tenham sido valorizados instrumentos importantes à época, tais como o instituto do concurso público e do treinamento sistemático, não se chegou a adotar consistentemente uma política de recursos humanos que respondesse às necessidades do Estado. O patrimonialismo (contra o qual a administração pública burocrática se instalara), embora em processo de transformação, mantinha ainda sua própria força no quadro político brasileiro. A expressão local do patrimonialismo – o coronelismo – dava lugar ao clientelismo e ao fisiologismo, e continuava a permear a administração do Estado brasileiro”. (BRESSER-PEREIRA, 1996)

Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, o DASP passou a ser desidratado com ofensivas do presidente interino José Linhares que alegou que “(…) as atribuições deste órgão teriam excedido os poderes normais da burocracia numa sociedade democrática”. Nomeou diversos amigos e familiares para cargos públicos sem concurso. No governo Dutra (1946-1951), com a promulgação da Constituição de 1946, os cargos providos por nomeação temporária passaram a ser permanentes do serviço público até que em 1948 o DASP se tornou apenas um escritório de assessoramento técnico, desprovido de qualquer autonomia (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 38)

CAPÍTULO II – ASSESSORIA ECONÔMICA PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“O Palácio do Catete, Rio de Janeiro, capital federal – ano de 1951 – estava com o expediente encerrado. Era madrugada. Atraído por uma luz que sempre ficava acesa em uma das salas do primeiro piso do palácio, também residência oficial da Presidência da República, o Presidente Getúlio Vargas (PTB) desce as escadarias decidido a descobrir o que acontecia no local. Daria um flagrante. Não faz barulho. Ao abrir a porta, depara-se surpreso com a sua Assessoria Econômica trabalhando até altas horas. Todos se levantam. Vargas evita atrapalhar, mas deixa uma frase de reconhecimento que se tornaria a marca histórica daquele grupo dedicado de economistas: “Vocês são uns boêmios cívicos!” (MACIEL, 2014).

Neste segundo capítulo é apresentada uma breve historiografia do Segundo Governo Vargas e a criação daquela que foi uma das principais estratégias de Getúlio: a Assessoria Econômica para a Presidência da República.

2.1 Antecedentes

Para que se possa avançar no estudo da Assessoria Econômica formada no período que compreende o Segundo Governo Vargas (1951-54) julgou-se necessário revisitar o período histórico e o seu arcabouço teórico e ideológico que proporcionou o cenário para a criação e atuação da Assessoria Econômica do Governo Central. Sendo assim, optou-se por analisar de forma mais panorâmica o contexto internacional, dando maior ênfase às reverberações no Brasil e as contradições que esse período apresenta no cenário interno.

O contexto era de pós-guerra, um período de crescimento acelerado da economia mundial, principalmente para Estados Unidos (EUA) que saíram da guerra fortalecidos política e economicamente. Algumas instituições internacionais foram criadas para dar sustentação à hegemonia dos EUA, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambos criados sobre os acordos de *Bretton Woods* (1944) e que visavam à reconstrução da economia capitalista mundial.

Entre os anos de 1946 e 1950, Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República do Brasil sob um discurso liberal a fim de atender determinadas camadas da sociedade – inclusive a imprensa – que pediam um controle imediato da inflação crescente. O início do seu governo deu-se com grande expectativa com o contexto externo. Os EUA retiraram o preço-teto do café, o principal produto de exportação do Brasil o que gerou uma perspectiva de aumento nos preços do produto e com isso um aumento nas arrecadações de reservas cambiais. Isso provocou nas autoridades monetárias o que ficou convencionado chamar de “ilusão de divisas” putada sobre um tripé:

- i) Reservas cambiais em um nível satisfatório;
- ii) Expectativa de receber dos EUA alguma ajuda pela colaboração dada durante a Segunda Guerra Mundial;
- iii) Somente uma política cambial nos moldes liberais seria eficiente para atrair investimentos diretos estrangeiros e assim promover um balanço de pagamentos equilibrado.

Segundo Saretta (1995), a política econômica do governo Dutra não apresentou nenhuma grande novidade para uma época que esperava mudanças tanto no sentido de limitar os gastos públicos quanto o de diminuição da intervenção estatal na economia e o de amenizar os custos das importações que implicavam na formação de preços internamente. Durante a Segunda Guerra Mundial, houve uma queda drástica das importações e uma expansão nas exportações que causaram uma elevação significativa nas reservas cambiais do Brasil, saltando de US\$ 71 milhões antes do início da guerra para US\$ 708 milhões em 1945. O fator primordial dessa elevação foi a exportação de matérias-primas estratégicas (como ferro-níquel, borracha, manganês, etc.), adquiridos por contrato de exclusividade pelos EUA a preços estáveis.

“[...] o País ajudara no esforço Aliado de guerra, tanto nas exportações de matérias-primas estratégicas, sobretudo para os Estados Unidos a preços estáveis, quanto, e principalmente, através da participação efetiva na conflagração com a Força Expedicionária Brasileira — FEB. Desta maneira, havia grande expectativa, quando do fim do conflito, de que os Estados Unidos teriam uma relação especial com o Brasil e que isto se expressaria preferencialmente na vinda de capitais norte-americanos, tidos como essenciais ao processo de reconstrução nacional” (SARETTA, 1995, p. 115).

Porém, com o fim da Segunda Guerra, os esforços dos EUA se demonstraram estar direcionados à reconstrução da Europa e do Japão e a esperança de retribuição, posteriormente, foi substituída por ressentimentos e reclamação por compensações especiais dada as relações de troca desfavoráveis aos produtos primários devido à exportação de produtos com preços estáveis sob o pretexto de cooperação no esforço de guerra (CAMPOS, 1994).

Em 27 de fevereiro de 1946 foi instaurado o Decreto-Lei 9.025 que “[...] diminuía de 30% para 20% as quotas impostas às letras de exportação e de 5% para 3% a sobrecarga sobre o câmbio vendido” (SARETTA, 1995, p. 115). Os objetivos desta política, segundo Abreu (1992), eram em primeira instância atender a demanda reprimida por bens de capital e por matérias-primas para o reaquecimento da produção industrial, juntamente com o possível aporte dos americanos, desgastada durante o período da guerra. Vale ressaltar que a poupança doméstica brasileira não seria capaz de suprir o fluxo financeiro para financiar um processo industrial. Contudo, “[...] de 1947 até o primeiro ano do Governo Vargas, o investimento líquido norte-americano caiu vertiginosamente de pouco mais de US\$ 80 milhões em 1947 para US\$ 20 milhões em 1950” (CAVALCANTE, 2013).

A política de valorização da moeda, o Cruzeiro, buscava também atender uma demanda igualmente reprimida pela importação de bens de consumo e que forçasse a baixa no preço dos produtos industriais internamente devido ao aumento da oferta de produtos importados¹². Além dessas expectativas, espera-se que a liberalização para a saída de capital proporcionasse a entrada de capital estrangeiro em grandes proporções no futuro (VIANNA, 2014).

Contudo, em 1947 a maioria das reservas cambiais acumuladas durante o período de guerra havia se esgotado, resultado da febre de importação. Tal fato, conforme salienta Lima (2013), provocou um período de recessão da indústria nacional e um crescimento da dívida externa. Segundo Rômulo Almeida (1986, p. 48), conforme citado por Lima (2013 p. 181), “o DASP viu que aquelas divisas estavam desperdiçadas em importações de bens de consumo, até bens de luxo

¹²Segundo dados do Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, “[...] a quantidade de importações (1946-47) aumentou 40% e o valor do dólar para importações em 80%, enquanto a quantidade de exportações diminuiu e seu valor cresceu somente 17%” (BAER, 2003)

(...) importavam para a elite, não tinha nenhum benefício para o povo. E com isso, estavam se consumindo as divisas, recursos escassos, um poder de investimento escasso que o país tinha”.

O ponto alto do governo deu-se pela formulação do plano SALTE, que foi elaborado a partir de sugestões dos vários ministérios. Foi coordenado pelo DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público) e priorizou 4 áreas: Saúde, ALimentação, Transporte e Energia (LIMA, 2013). Os recursos previstos para a execução desse plano eram recursos públicos (provenientes de receitas federais dos impostos federais) e também de empréstimos externos.

A dotação global do Plano para um período de cinco anos (1950 – 54) seria da ordem de 21,3 bilhões de cruzeiros, conforme apresentado pela Tabela 1.

Tabela 1 - Recursos do Plano SALTE (em milhões de cruzeiros)

Anos	Dotações Orçamentárias		Operações de Crédito		Total
	Comuns	Constitucionais	Obrigações do Plano SALTE	Empréstimos do Banco do Brasil S.A.	
1950	1.900	-	1.000	500	3.400
1951	2.200	340	1.000	450	3.990
1952	2.400	310	1.000	400	4.110
1953	2.550	335	1.000	350	4.235
1954	2.600	365	1.000	300	4.265
Total do quinquênio	11.650	1.350	5.000	2.000	20.000
Total já autorizado para 1949	1.300	-	-	-	1.300
Total Geral	12.950	1.350	5.000	2.000	21.300

Fonte: Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950.

A Tabela 2 dispõe sobre como os recursos financeiros do Plano SALTE seriam investidos, apresentando o valor total e a parcela percentual de investimento em cada setor contemplado pelo Plano. Conforme podemos observar, esperava-se investir Cr\$ 19,9 bilhões.

Tabela 2 - Despesa total do Plano por setor para o quinquênio 1950-55

Setor de investimento	Valor a ser investido (Cr\$)	% de investimento no setor
Transporte	11.345.620.000	57%
Energia	3.190.000.000	16%
Alimentação	2.733.400.000	14%
Saúde	2.640.056.410	13%
Total	19.909.076.410	100%

Fonte: Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950.

Na visão de Rômulo Almeida (1986) o Plano SALTE não era de fato um plano, mas “uma junção de verbas de investimentos, com o nome de plano” (Lima, 2013, p. 182). O Plano não durou muito – não mais do que um ano – devido a problemas durante sua implementação, principalmente financeiros. Segundo Draibe (1985), o Plano SALTE não foi concebido a fim de promover uma expansão significativa da indústria. Apesar da maior parcela dos investimentos terem sido destinados para infraestrutura – transporte e energia – isso se deu de forma lenta e conservadora. Souza (2012) ainda destaca outros pontos que tornaram o Plano insustentável como a imprecisão na fonte dos recursos, falta de metas, a indeterminação nos prazos de execução e também pela desarticulação com o setor privado, não dispondo de metas para o setor.

2.2 O Segundo Governo Vargas

O governo voltou a ser do presidente Vargas, agora eleito em 1950 e tomando posse em 1951. Ocorre que o segundo governo Vargas começou muito tumultuado, devido ao seu histórico ditatorial, a grande oposição que ele tinha nos meios políticos e em tese uma grande aprovação do eleitorado, a sua sólida base política. No discurso feito em sua posse, em 1951, Vargas buscou reatar vínculos com os trabalhadores, deixando claro que seu governo tinha a missão de indicar “uma nova era de verdadeira democracia social e econômica” (ABREU, 1999). Com essa fala, Vargas queria desvincular-se da imagem de ditador do seu primeiro governo. Porém, não deixou de fora a afirmação de que o Estado Nacional estava ligado a segurança econômica, isto é, o desenvolvimento autônomo do país, justiça social e política de bem-estar. Ou seja, a orientação nacionalista estava de volta (D'ARAÚJO, 1999).

“Suas propostas de governo incluíam melhorar os níveis de vida da população, estabelecer uma distribuição da riqueza mais justa e ampliar as oportunidades de emprego e de salário para que o país alcançasse a estabilidade econômica e a justiça social. Já em sua primeira mensagem ao Congresso, o presidente anunciava que ‘o governo não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados que se destinem a ampliar a produção nacional, e assim melhorar, pelo emprego e pela abundância, as condições de vida do nosso povo. Do mesmo modo estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais’ (Vargas, 1952:74). Seu discurso está permeado pela concepção de que só o desenvolvimento autônomo da economia levaria o país à sua plena soberania e a emancipação do povo brasileiro” (D'ARAÚJO, 1999, p. 129).

Ao assumir a Presidência, Getúlio Vargas sabia que teria um difícil caminho a trilhar no Governo (CANO, 2015). Mesmo tendo vencido com algo em torno de 48,7% dos votos nas eleições de 1950, sua posse foi questionada pelo partido de oposição, UDN, que entendia que o pleito não representava o interesse majoritário da nação, ainda que tenha ocorrido dentro das regras democráticas. Quanto a isso, D'Araújo (1992) entende que:

“A tentativa de anular as eleições, sob a alegação de que o candidato vencedor não obtivera a maioria absoluta dos votos, remete-nos à obsessão do consenso nacional, uma vez que as alternativas seriam uma nova disputa eleitoral entre os dois candidatos mais votados ou novas eleições, apresentando, dessa feita, um candidato de ‘união nacional’, apoiado por todas as forças não-getulistas”. (D'ARAÚJO, M. C., 1992, p. 117)

Porém, o Tribunal Superior Eleitoral considerou válida a vitória de Getúlio Vargas e alguns líderes militares trabalharam para garantir a posse dos eleitos. O efeito foi a derrubada destas tentativas de anular o pleito e a desconfiança e falta de colaboração da UDN com relação às propostas do Governo.

Ao assumir a presidência, Vargas se deparou com sérios problemas na política externa com níveis muito baixos de reservas cambiais que acabaram por culminar numa crise cambial escassez de divisas e crescimento da inflação (CAVALCANTE, 2013). Complementando, D'Araújo afirma que:

“Ao retornar ao poder em 1951, Vargas trouxe de volta o seu discurso dos anos 30, ou seja, a afirmação de que a construção do Estado Nacional estava intimamente ligada à obtenção da justiça social e que esta só se realizaria por meio do desenvolvimento autônomo do país. Suas propostas de governo incluíam melhorar os níveis de vida da população, estabelecer uma distribuição da riqueza mais justa e ampliar as oportunidades de emprego e de salário para que o país alcançasse a estabilidade econômica e a justiça social. Já em sua primeira mensagem ao Congresso, o presidente anunciava que ‘o governo não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados que se destinem a ampliar a produção nacional, e assim melhorar, pelo emprego e pela abundância, as condições de vida do nosso povo. Do mesmo modo estaremos procurando alcançar nossa emancipação econômica, na melhor escala compatível com as inexoráveis interdependências internacionais’ (Vargas, 1952:74). Seu discurso está permeado pela concepção de que só o desenvolvimento autônomo da economia levaria o país à sua plena soberania e a emancipação do povo brasileiro” (D'ARAÚJO, 1999, p. 129).

Segundo Bielschowsky (1988), o Segundo Governo Vargas (1951-54) está localizado no primeiro de dois ciclos ideológicos desenvolvimentistas, que compreende de 1930 a 1964. Ele propõe que o desenvolvimentismo é a ideologia de transformação da sociedade brasileira, definida por um projeto econômico, que tinha 4 pontos de apoio. Esses pontos seriam:

- i) a industrialização integral com um meio de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento brasileiro;
- ii) a necessidade do Estado planejar a transformação econômica, pois havia uma impossibilidade de se alcançar uma industrialização eficiente nacional apenas com as forças espontâneas do mercado;
- iii) estaria no planejamento, enquanto instrumento, a definição da expansão desejada a partir do diagnóstico dos setores econômicos, e a definição dos instrumentos necessários para viabilizar essa expansão;

- iv) por último, haveria uma ação de Estado ordenando a execução da expansão, captando recursos e promovendo investimentos diretos naqueles setores que seriam expandidos, onde a presença da iniciativa privada não fosse suficiente.

Vargas, retornando ao poder em 1951, restaurava as condições institucionais necessárias à efetivação do projeto de construção de uma nação desenvolvida, capitalista, autônoma. Construção que requeria uma industrialização acelerada, considerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional.

O projeto, cuja liderança ele fora obrigado a abandonar em 1945, com sua deposição, é retomado, num contexto bastante diferente, de modo muito mais profundo, complexo, abrangente, ambicioso e integrado. Tratava-se, nos termos da época, de "reaparelhar" o Estado para dar suporte às necessidades de desenvolvimento, buscando ultrapassar a fase de industrialização restringida para realizar uma profunda alteração na estrutura do sistema produtivo, iniciando um "processo de industrialização pesada", dotando-o de uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional. Esse novo Estado se constituía como burocratização, racionalização e modernização dos aparelhos existentes, como criação de novas instâncias de regulação e de intervenção, dentro dele se estruturando uma área social capaz de formular políticas públicas de caráter nacional (ABREU, 1999).

Porém, essa interpretação de que o de que o Governo Vargas possuía um projeto não é consenso entre os estudiosos do período. Segundo Fonseca (2010) existe dois grupos de autores nacionais que se dividem entre os que entendem que o governo era guiado pela ideologia política nacional-desenvolvimentista e que havia um projeto de industrialização integral como via de superação do subdesenvolvimento e os que afirmam que isso nunca existiu.

Do lado que afirma não ter havido um projeto, pode-se destacar Carlos Lessa, José Luis Fiori e Sérgio Besserman Vianna. Vianna (1985) afirma que Vargas teria uma visão ortodoxa da economia e que não possuía um planejamento para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Nesse mesmo sentido, Lessa & Fiori afirmam que

“Em síntese, não encontramos evidências consistentes, no plano das intenções e objetivos e, ainda menos, no das políticas realmente executadas, que sustentem a idéia dominante de que naquela quadra histórica existiu e foi derrotado um projeto governamental de desenvolvimento nacional autônomo e popular, que passasse por uma industrialização e uma modernização agrícola rápidas e induzidas e por uma política de redistribuição de renda e mobilização popular, tudo isso articulado e alavancado pelo Estado. Em nosso entendimento, a política de Vargas foi muito menos utópica do que quer crer a maioria dos seus intérpretes. Não teve tamanhas ambições em seus sonhos, nem, muito menos, coerência em sua implementação. Ou, desde outro ponto de vista, foi extremamente coerente, mas sua coerência aponta noutra direção que não a de um projeto nacionalista e popular” (LESSA; FIORI, 1991, p. 192)

Do outro lado, dos que afirmam ter havido um projeto podemos destacar Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Sônia Draibe, Pedro Paulo Zaluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca. Draibe (1985) faz defesa à existência de um projeto afirmando que “[...] definiu-se no início dos anos 50 um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o delineado ao final da década de 30” (DRAIBE, 1985, p. 182). Nessa mesma perspectiva, Fonseca (2010) defende que é possível detectar no período a existência de um projeto de longo prazo cujo epicentro era a industrialização acelerada e a modernização do setor primário. A visão aceita pelo autor é que o Segundo Governo Vargas é considerado nacional-desenvolvimentista, mas que abriu mão de políticas de

estabilização, sacrificando parte do crescimento, visualizando o crescimento acelerado prometido em campanha, no futuro.

“A dificuldade quanto ao entendimento de que um governo considerado nacional-desenvolvimentista, em determinada conjuntura e dentro de certas circunstâncias, possa ou seja forçado a executar políticas de estabilização de cunho contracionista, levou às interpretações mais surpreendentes e desencontradas, marcadas por visões radicalmente opostas” (FONSECA, 2010, p. 28)

Ainda nessa linha de pensamento, Bastos (2011) afirma que Vargas possuía um programa econômico coerente e contextualizado. Para o autor, desde o início do segundo governo de Vargas havia um caráter nacional-desenvolvimentista com um programa de desenvolvimento elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência. Essa Assessoria possuía um papel inclinado para o planejamento da economia nacional, sempre comprometidos com o nacionalismo varguista. Tal assessoria foi composta por profissionais, intelectuais vinculados ao Estado que em sua grande parte, não elaboraram produções acadêmicas que pudessem delinear o seu pensamento, mas que deixaram registros através de entrevistas, discursos, projetos e documentos que apontam a imensa contribuição à construção do Estado brasileiro moderno.

Esse período processou uma reestruturação do Estado, tendo sido criadas novas agências voltadas para a formulação de políticas econômicas, a exemplo da Assessoria Econômica da Presidência da República e da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Com elas firmava-se a concepção de um Estado ativo na formulação e execução de políticas econômicas, cujo papel não podia ficar restrito às injunções externas. Desenvolvimento era a palavra de ordem dos anos 1950, assim como, nos setores getulistas e de esquerda, o nacionalismo era a linha-mestra.

2.3 A Assessoria Econômica para a Presidência da República

A Presidência da República contava com uma assessoria da Secretariada Presidência da República que compreendia as chefias dos Gabinetes Civil e Gabinete Militar e da Diretoria de expediente. A Assessoria Econômica compunha informalmente o gabinete civil, pois não havia na estrutura uma equipe formal que assessorasse o Presidente especificamente em assuntos econômicos. Essa Assessoria possuía um papel inclinado para o planejamento da economia nacional, sempre comprometidos com o nacionalismo varguista. Tal assessoria foi composta por profissionais, intelectuais vinculados ao Estado que em sua grande parte, não elaboraram produções acadêmicas que pudessem delinear o seu pensamento, mas que deixaram registros através de entrevistas, discursos, projetos e documentos que apontam a imensa contribuição à construção do Estado brasileiro moderno.

2.3.1 A concepção e os objetivos da Assessoria Econômica para a Presidência da República

A Assessoria Econômica para a Presidência da República (AEPR) foi um órgão dentro da Secretaria da Presidência da República, que na época era chefiada por Lourival Fontes, criada em 1951 por Getúlio Vargas para auxiliá-lo em assuntos econômicos, política agrária, ciência e

tecnologia, aumento do bem-estar da população, política internacional, desenvolvimento industrial. Sobre a criação da Assessoria, Santos (2006) destaca que

“Getúlio Vargas não fora o primeiro presidente do Brasil a desfrutar desse tipo de assessoramento, pois essa estrutura já havia sido incorporada no Estado brasileiro, mas no seu segundo governo toma importância e relativa autonomia essa parcela da Assessoria da Presidência que foi denominada de Assessoria Econômica.” (SANTOS, R. B., 2006, p. 6)

A AEPR constitui-se em um núcleo técnico e um “(...) espaço de consolidação e de reconhecimento do saber econômico fundamental para a construção do Brasil como um novo país”. (MOTTA, M., 2005, p.3). Logo, era a Assessoria o âmago da reflexão e tomada de decisão diante das tensões do SGV.

A criação da AEPR atendia dois objetivos fundamentais: o primeiro, de caráter burocrático, era assessorar o Presidente em atividades rotineiras do governo “da minudência, da coisa de administração econômica corrente, que eram os despachos dos papéis”. (SOUZA; ASSIS, 2006, p.116). O segundo objetivo era atuar, ao longo prazo, em uma atividade de fundo, como um órgão informal de planejamento. Esse segundo objetivo possuía um caráter político e exigia dos seus membros destreza para nivelar seus pensamentos com os do ministro ao qual estavam ligados e traquejo para, nas palavras de Rômulo Almeida, “(...) fazer com que o Ministro, às vezes, tivesse que ‘engolir’ uma ideia que não estava na sua tendência”. (SOUZA; ASSIS, 2006, p.117)

D’Araújo corrobora com o aspecto político assumido pela AEPR

“A Assessoria Econômica cumpria, para o Presidente, um papel político da máxima importância (...) Vargas depositava neste órgão uma expectativa política muito grande. Através de seus projetos de impacto, a Assessoria seria, para o governo, o canal de comunicação direta com a população na busca de um apoio e de uma base popular mais sólidos. Em outras palavras, Vargas procurava descaracterizar partidariamente sua ação, recorrendo a um instrumento técnico para veicular e difundir seus objetivos”. (D’ARAÚJO, 1992, p. 155)

Algumas hipóteses podem ser levantadas a fim de explicar por que a necessidade de uma assessoria econômica específica. Vargas possuía uma ambição que visava modificar setores de infraestrutura que demandaria esforços de análise, planejamento e elaboração de projetos. Isto é, devido à complexidade técnica e administrativa das ideias de Vargas, foi preciso conceber um núcleo capacitado, criativo e autônomo que pudesse tocar os ambiciosos projetos do SGV. Além disso, essas realizações possuíam um cunho nacionalista com fortalecimento do investimento estatal e desconfianças com relação ao capital privado (tanto estrangeiro quanto nacional) para grandes projetos. Esses fatos proporcionariam a Vargas um “porto seguro”, uma vez que estava em jogo relações políticas que poderiam nem sempre estar articuladas com projetos de grande magnitude (SANTOS, 2006).

Dentro da estrutura organizacional do governo, a AEPR localizava-se em segundo plano com relação ao Parlamento e ao Ministério, mas com igual importância. Segundo D’Araújo isso permitia que seus integrantes trabalhassem sem grandes holofotes e pressões midiáticas e de forma independente às alianças político-partidárias que se consolidaram no SGV. A respeito do anonimato, Rômulo diz:

“Todo mundo conhecia a opinião dele [VARGAS], mas, apesar disso, ele, por exemplo, não se meteu na elaboração do projeto da Petrobras e nunca teve conhecimento do que a gente estava fazendo. Era uma questão de molejo tático. Primeiro porque nós não éramos ostensivos; então, quase ninguém sabia da existência da Assessoria. Quer dizer que a gente

não disputava o cartaz de ninguém. Depois, a maneira de agente se comunicar com os ministros era respeitável, reverencial. Deixávamos o primeiro lugar pra eles. Eu não aparecia, nem o Jesus Soares. Nós não dávamos entrevista, ficávamos na sombra exatamente para poder operar, e nos resguardarmos. Nossas atividades não eram publicadas. E havia um empenho de que elas fossem muito reservadas, pois trabalhávamos no silêncio. Só aparecíamos quando éramos forçados a defender determinados pontos básicos, para o que alguns políticos exigiam a nossa presença, pois não sabiam como fazê-lo.

Tínhamos, na verdade, a paixão do anonimato, conforme convém aos assessores governamentais. Só aparecíamos em cena quando o Presidente determinava. Fora daí nos recolhíamos, tratávamos de “vender o peixe” aos ministros para que eles ficassem encantados com as ideias e a gente pudesse influir na constituição dos grupos de trabalho” (SOUZA; ASSIS, 2006, p.109-110).

Logo, a estratégia do silêncio e do anonimato foi crucial para o planejamento econômico, dentro da lógica nacionalista. Maria Antonieta Leopoldi (1994) destaca que “o traço característico destes técnicos era a orientação nacionalista não ortodoxa, o que lhes permitia abrir lugar para a participação controlada do capital estrangeiro em empreendimentos como a Petrobras” (LEOPOLDI, 2002, p. 36).

Esse grupo buscava ser reconhecido como de perfil mais técnico que político, cumpriu essa função crucial para a gestão daquilo que, mais tarde, seria chamado no jargão da ciência política brasileira de “presidencialismo de coalizão”. Num governo de composição ministerial tão ampla, os membros da Assessoria perseguiram alguns dos principais objetivos programáticos do governo fora dos holofotes, ao tentar convencer ministros e outros atores políticos relevantes da importância de seus projetos. (CABRAL, 2013)

Nesse contexto, a Assessoria Econômica contribuía, em sua discrição e com o “molejo” tático de seus assessores, para formular e promover a aprovação dos principais projetos do segundo governo Vargas, tentando evitar desgastes maiores para o governo. Iniciativas que mostram como sua atuação administrativa e de planejamento econômico eram eficazes. (CABRAL, 2013)

2.3.2 Constituição da Assessoria Econômica para a Presidência da República

A AEPR começou a ser formada de fato em 1951. Durante sua preparação para posse, Vargas procurou por pessoas que pudessem compor o gabinete. Rômulo Almeida foi indicado e nomeado Oficial de Gabinete. À época, Almeida era diretor do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar de ter pertencido ao PTB, o que o colocava em afinidade política com o Presidente, a escolha por Rômulo foi técnica. A trajetória de Rômulo dava testemunho sobre sua competência, com participação em diversas comissões governamentais e no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), ao lado de Roberto Simonsen. Conforme Santos (2006), o fato de Getúlio Vargas não conhecer Rômulo, mas imediatamente conceder-lhe acesso direto ao Presidente, chama atenção para importância do trabalho que ele exerceria e o alto nível de confiança que o Presidente depositava nele.

A respeito de sua escolha, Rômulo conta que “Depois, quando passei a despachar regularmente com o Presidente, eu perguntei ao Getúlio a quem devia minha indicação, e ele disse que estava fazendo uma experiência porque eu constava em todas as listas, e não me respondeu mais nada”. (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 99)

A primeira tarefa atribuída a Rômulo, no dia onze de fevereiro de 1951, um dia após assumir o cargo, foi a elaboração da mensagem que o Presidente da República deveria dirigir ao Congresso Nacional para a abertura dos trabalhos legislativos. O prazo era quinze de março do mesmo ano. Segundo Rômulo relata, “o tempo era curtíssimo (...). Fiquei realmente em brasas. Tinha um conhecimento mínimo do Presidente e havia recebido essa tarefa gigantesca” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 101). O resultado deste árduo trabalho foi um documento de mais de duzentas páginas tratando dos mais diversos assuntos como o panorama internacional, situação política e administrativa do país, desenvolvimento econômico, progresso social, entre outros temas.

Segundo Santos (2006), para conseguir dar conta da tarefa que lhe foi atribuída, Rômulo precisou convocar outros técnicos, pertencentes à administração pública, que ele conhecia e sabia da capacidade técnica.

“Além do reconhecimento enquanto técnico, sua passagem por várias comissões lhe rendeu um bom conhecimento do quadro de técnicos no serviço público e no serviço privado, que muito lhe valeu para recrutar os membros da futura Assessoria Econômica, para o que parece ter reproduzido o mesmo critério técnico (...) (SANTOS, 2006, p. 6)

Ainda segundo a autora:

“O critério técnico, conforme utilizamos, é sem dúvida lastreado na competência, porém essa única forma de caracterizar a organização da Assessoria Econômica deixa de explicar porque outros técnicos, tão competentes, sequer foram convocados ou se convocados não permaneceram na Assessoria Econômica Básica apesar de preencherem além do requisito técnico também a quase-condição de já pertencerem ao quadro da administração pública. O fato é que para além do critério técnico havia outro critério claramente norteador: o nacionalismo. Era conhecido esse traço distintivo da Assessoria Econômica com relação, por exemplo, à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e ao Ministério” (SANTOS, 2006, p. 13)

Sendo assim, a técnica era norteadora para a escolha de membros da AEPR, mas o nacionalismo era a característica essencial para a permanência. Isto porque a AEPR possuía dois núcleos: um denominado Assessoria básica que contava com membros permanentes e outro Assessoria Ampla que contava com técnicos consultivos para assuntos específicos, mantendo a Assessoria Econômica o direito ao sigilo de seus projetos.

Dado o informalismo da Assessoria Econômica torna difícil conhecer precisão detalhes sobre quais foram seus membros permanentes, dentre outras particularidades. No entanto, os depoimentos de seus membros nos permitem uma aproximação mais segura quanto a aspectos como a composição e o funcionamento da assessoria (CABRAL, 2013).

“A Assessoria Básica era composta por: Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Cleanto Leite, João Neiva Figueiredo, Ottolmy Strauch, Saldanha da Gama e Tomás Pompeu Accioly Borges. Vários outros nomes são eventualmente citados como membros da Assessoria, porém, há que se distinguir entre os que trabalhavam na Assessoria Ampla e na Básica, pois somente os membros da última tinham pleno acesso a íntegra dos projetos. Entre os nomes citados eventualmente temos Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Domar Campos, Mário da Silva Pinto, Glycon Paiva, Almirante Lúcio Meira, Leães de Medeiros e Vinícius Berredo” (SANTOS, 2006, p. 13)

2.4 Projetos da Assessoria Econômica

O trabalho da AEPR foi concentrado no campo da energia. Havia duas áreas que careciam de urgência: o da energia elétrica e o dos combustíveis (mais especificamente o petróleo). Na mensagem presidencial elaborada pela AEPR e enviada ao Congresso em 1951 foi consolidado que os elementos necessários ao progresso de um país e ao bem-estar de seu povo se ampliam na proporção dos recursos energéticos mobilizados. Nessa mesma mensagem já estava delineada as diretrizes para o setor de energia elétrica.

“O aumento da produção de energia elétrica constitui imperativo do governo, que se empenhará em promover o aperfeiçoamento racional das enormes reservas hidráulicas do país cooperando com a iniciativa privada, que iniciou esse aproveitamento no princípio do século sob o regime de concessão” (VARGAS, 1951)

O setor elétrico brasileiro era composto, basicamente, por apenas dois grupos estrangeiros por meio de concessão desde o início do século XX mas que não investiam recursos de maneira eficiente, o que colocava o país em situação de vulnerabilidade e dependência do comando externo. Segundo Rômulo Almeida (2006) “(...) em vez de serem um motor do desenvolvimento (...), na verdade o que faziam era explorar o desenvolvimento do País” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 127).

Ao tomar conhecimento da situação, Vargas solicitou à AEPR um enfrentamento do problema mesmo com a resistência que encontraria no Congresso e do grupo de industrialistas que não se mostravam favoráveis a estatização. Para driblar esse obstáculo, Vargas propôs aos integrantes da AEPR um plano de ação. Segundo detalha Rômulo Almeida

“Logo no início ficou evidente que ‘era preciso atentar para o aspecto tático’, observa Rômulo. Se nós fizéssemos um pacote com o conjunto de medidas que compunham o programa e submetêssemos em bloco ao Congresso, tudo iria ser bloqueado e ficaria encalhado. Em decorrência disso, o Presidente nos orientou no sentido de que fossem estudados quatro projetos básicos no campo da eletricidade, para que um não sacrificasse o outro”. (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 128)

Jesus Soares Pereira descreve os quatro projetos de lei elaborados, que foram nessa ordem apresentados: (i) o primeiro projeto elaborado pela AEPR foi a lei do imposto único de eletricidade; (ii) o segundo está vinculado ao primeiro e refere-se à criação do Fundo Federal de Eletricidade; (iii) o terceiro projeto referia-se ao plano decenal de eletrificação; (iv) por fim, o último projeto elaborado foi a lei de criação da Eletrobrás com regime de concessão e tarifas. (LIMA, 1975)

O projeto da Eletrobrás se manteve no Congresso no final do governo Getúlio Vargas, durante os governos posteriores de Café Filho, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, só sendo votado no governo do presidente João Goulart, já no final de 1963. Segundo Lima (2013, p. 208), apesar de “o Plano Nacional de Eletrificação não ter sido formalmente aprovado pelo Congresso ainda no período Vargas, as propostas ali estabelecidas funcionaram como um balizador para a futura expansão da indústria de energia elétrica no Brasil”.

As companhias estrangeiras eram contrárias à intervenção estatal e segundo Rômulo em entrevista, havia um lobby apoiado pela elite brasileira e pautada na descrença da ação do Estado a fim de aproveitar o recurso do governo para se financiar, financiar a sua permanência com recursos do governo. Então, para isso, convinha a eles que não se, criasse a Eletrobrás e daí toda a pressão dos seus partidários no Congresso.

O projeto que dava origem à Eletrobrás, na visão de Soares Pereira, teve seu espírito modificado ao longo dos sete anos que tramitou no Congresso. Ainda assim, possuía tendência nacionalista, uma vez que seus objetivos eram atender o interesse nacional e não se propunha a estatização do setor e nem tomar posse das empresas que já operavam a distribuição de energia. (SANTOS, 2006)

O segundo ponto de estrangulamento no campo energético refere-se ao de combustíveis. A Petrobrás foi elaborada “(...) dentro da diretriz de encontrar uma solução nacionalista para o problema do petróleo, que fosse estável e viável, sob o comando do Estado brasileiro” (ALMEIDA 1986, p. 149)

Junto ao projeto da Petrobrás, a AEPR enviou ao Congresso uma proposta de financiamento do setor na monta de Cr\$ 8 milhões como parte do programa de Petróleo Nacional, concentrado na intensificação das áreas com potencial petrolífero e avaliar as jazidas já descobertas (SANTOS, 2006). A Petrobrás seria a gestora dos recursos que seriam empregados entre os anos de 1952 e 1956.

Segundo Santos (2006), o projeto original da Petrobrás, que foi elaborado por Rômulo Almeida, Ottolmy Strauch, Jaci Miranda, Inácio Rangel e Jesus Soares Pereira, não extinguiu o CNP, mas sim dividiria as tarefas, ou seja, o CNP continuaria responsável pela política de petróleo do país enquanto a Petrobrás teria a finalidade de executar as atividades industriais, a pesquisa e a perfuração.

Na proposta original do governo, em 1952, o projeto era a criação de uma empresa de capital misto com participação majoritária da União sem com isso criar-se um monopólio do Estado. Porém, encontrou resistência no modelo nacionalista que ele mesmo incentivara. Desta maneira, o movimento “o petróleo é nosso” começa a ganhar força. A discussão de uma estatização do petróleo brasileiro logo chegou ao Congresso. Em entrevista, Jesus Soares Pereira se demonstrou surpreso quando o projeto foi levado para o Congresso e a UDN, em uma mudança abrupta de posicionamento, assumiu uma atitude de franca hostilidade ao projeto por não o considerar “suficientemente nacionalista” (LIMA, 1975)

“Jesus Soares Pereira, o assessor de Vargas que mais se envolveu na elaboração do projeto da Petrobras, considerou que o adiamento da aprovação da proposta pelo Congresso provocou vários inconvenientes, mas teve também os seus pontos positivos: tornou nítido o interesse nacional em matéria de petróleo e permitiu a acumulação de recursos financeiros que foram adiantados à CNP para as atividades petrolíferas e que foram capazes de preparar a chegada da Petrobras” (LIMA, 2013, p. 206).

Por ser concebido como um setor estratégico da economia nacional e como uma fonte da cobiça internacional deveria, portanto, ser protegido pela ação do Estado. Quando se dizia “o petróleo é nosso”, significava dizer que o petróleo deveria ser estatizado. Sendo assim, a Petrobrás foi, sem dúvida, entre todas as empresas estatais brasileiras, a que mais simbolizou o nacionalismo (D’ARAÚJO, 1999)

Embora o setor energético tenha consumido a maior parte das forças, a AEPR também elaborou outros projetos nos campos econômico e social. Um deles foi a questão da biomassa e a utilização dos recursos florestais para a geração de energia. Segundo Rômulo Almeida (1988), esse era o segmento que mais interessava Jesus Soares Pereira. Também foram lançados projetos para a questão nuclear, assunto de muito entusiasmo de Vargas e que propunham desenvolver através do programa de Centro de Pesquisas Físicas, nas universidades, a capacidade nacional para acompanhar a tecnologia nuclear externa. As questões agrícolas também foram apreciadas pela AEPR que tratou de um programa para o setor. Segundo Rômulo Almeida:

“Desenvolvemos um trabalho de caráter institucional e de formulação de bases políticas. A primeira coisa foi a ampliação de uma antiga legislação, muito rudimentar, sobre os preços mínimos na agricultura. A segunda foi a criação das cédulas pignoratícias e hipotecárias, quer dizer, dois instrumentos para facilitar o crédito rural. Estudou-se também o seguro agrário com projeto da Companhia de Seguro Agrícola, que também andou parado e só recentemente teve alguma retomada, com o Proagro – que estava mais evoluído em São Paulo. Uma terceira linha foi a legislação criando a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, INIC, e a Comissão Nacional de Política Agrária, que era precedente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, IBRA, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, e que trabalhavam conjugados – instituições precursoras para uma posterior reforma agrária” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 136).

A carência de técnicos foi percebida durante a implementação desses projetos. A maioria da população era analfabeta e o ensino superior brasileiro era pouco impulsionado. Por isso, foi idealizado o projeto da CAPES visando corrigir as fragilidades e a pobreza dos quadros técnicos científicos existentes no governo federal, que, segundo o coordenador da Assessoria de Vargas, representavam séria limitação à expansão econômica do país.

“Atuamos também no setor da educação. A pobreza dos quadros técnicos e científicos seria limitativa da expansão econômica através da industrialização e da modernização da agricultura. Entendíamos que a melhor qualidade e o desenvolvimento do sistema escolar dependeriam das matrizes universitárias. Assim surgiu a ideia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, destinada a suprir as “técnicas faltantes”, como um sistema preparatório de um futuro programa educacional em grande escala. O Glycon de Paiva colaborou muito nesse projeto. A proposta era ver como se poderia articular esse programa com o da recuperação das universidades para servir, funcionalmente, ao processo de desenvolvimento do país” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 137).

CAPÍTULO III – A TRAJETÓRIA DE CINCO SERVIDORES PÚBLICOS ENTRE 1930 E 1964: OS PEREGRINOS

Este capítulo apresenta e analisa as trajetórias sociais e profissionais de cinco gestores públicos abordados pelo estudo, valendo-se, para tanto, do método prosopográfico e de fontes tais como biografias, histórias de vida, memórias, depoimentos e entrevistas de interesse memorialístico e consagrador dessa elite de técnicos.

3.1 Celso Furtado

Celso Furtado é, sem dúvida, um dos economistas brasileiros mais conhecidos e bem-conceituados no mundo. Autor de uma vasta obra, dedicou-se à produção de diversos trabalhos científicos e técnicos desde a área de História Econômica até o Planejamento, passando pelas teorias de desenvolvimento e políticas econômicas.

Segundo Brandão (2007):

“Dentre muitos pensadores e cientistas sociais de seu porte, Celso Furtado apresenta uma vantagem para quem quer se debruçar sobre sua vasta obra. Realizou várias autoanálises de sua produção intelectual, em diversas ocasiões. Assim temos seu autorretrato intelectual e sua agenda de investigação expressos em vários textos, em que explicitou sua formação e estruturou suas perguntas que orientariam toda sua brilhante carreira acadêmica e política”

Fundador do estruturalismo latino-americano ao lado de Raul Prebisch, desenvolveu a partir do final dos anos 1940 um amplo conjunto de ideias pautadas nos estudos e no “exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Logo, assim como destacado por Bresser-Pereira e Gala (2010), surgiu uma escola de pensamento ampla, com sistema ideológico complexo e com vasta literatura com enfoque próprio na estrutura latino-americana, que utiliza como método características reais da conjuntura dos países e seus antecedentes históricos e que possui, dentre outras hipóteses, a deterioração dos termos de troca, o Estado como promotor do desenvolvimento, o subdesenvolvimento como produto da subordinação aos países centrais, proteção da indústria nascente através de mecanismos tarifários e o modelo de substituição de importações.

O pensar a América Latina e em mecanismos que atuassem de forma conjunta para promover o desenvolvimento de uma região tão importante para o mundo, concedeu a Celso Furtado reconhecimento no exterior e também no Brasil, onde seus artigos e livros como Formação Econômica do Brasil (1954) e Crescimento Econômico do Brasil (1953), são leituras obrigatórias para diversos cursos acadêmicos, entre eles Economia, Administração e Ciências Sociais. Também

foi o responsável, enquanto Ministro do Planejamento no governo de João Goulart, pela elaboração do Plano Trienal¹³ em 1963 e em 1997 passou a fazer parte da Academia Brasileira de Letras¹⁴.

Devido a esse grande reconhecimento enquanto economista e teórico do desenvolvimento, seu trabalho como pensador das organizações e sua atuação como gestor público tenham permanecido em segundo plano. Porém, é preciso ressaltar sua grande preocupação com as instituições. Sendo assim, pretende-se analisar de forma enfática a carreira de Celso Furtado enquanto gestor público e propor conexões com aspectos da sua vida e trajetória.

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, no estado da Paraíba, em 26 de julho de 1920. Filho de Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados e Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terra.

Mudou-se aos sete anos para a capital do estado, à época, Paraíba, com seus pais. Em 1932, iniciou seus estudos na escola pública Lyceu Paraibano¹⁵. Seu estudo ginásial foi em Recife, no Ginásio Pernambucano.

Chegou ao Rio de Janeiro em 1939, aos dezenove anos, pelo mesmo motivo que muitos outros jovens nordestinos da sua época: melhores condições de estudos e trabalho. Ingressou no curso de Direito na UFRJ. Para se sustentar trabalhou na Revista da Semana escrevendo artigos relacionados a acontecimentos nacionais e internacionais. Ainda durante a faculdade, Furtado sentiu despertar o interesse para as questões administrativas e por isso começou a moldar o seu perfil de forma técnica para atuar no campo, sem ao menos imaginar que um dia se tornaria Ministro de Planejamento do Brasil.

O trabalho de Tenório e Wanderley (2018) analisa a trajetória de Furtado como pensador das organizações e como gestor público em três etapas: a primeira contempla o início da carreira de Furtado como servidor do DASP entre 1943 e 1948; o segundo período está relacionado aos anos de 1949 a 1957 que Furtado foi diretor da CEPAL a serviço do Brasil e o terceiro período de análise compreende os anos de 1958 a 1964 em que o peregrino atuou como dirigente público.

A carreira de servidor de Furtado teve início ao ser aprovado como servidor do DASP, em 1943, através de concurso público, para assumir o cargo de assistente de organização do DASP. Vale ressaltar que a trajetória de Celso Furtado foi marcada por sua dedicação integral ao serviço público, nunca tendo um vínculo com empresas privadas. No ano seguinte, em 1944, concluiu o curso de Direito e foi aprovado em novo concurso, dessa vez para técnico de administração para atuar na Divisão de Organização e Orçamento em um dos braços do DASP espalhados pelo Brasil, em Niterói, que se convencionou chamar de “daspinho” (D’AGUIAR, 2014)

“(…) o cargo de auxiliar era provido sobretudo em regime de extranumerário, ou seja, geralmente por requisição dos ministérios e renovado mensalmente. Já a carreira de

13Diante de um cenário econômico que apresentava perceptíveis dificuldades no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, foi anunciada, em 30 de dezembro de 1962, a adoção de um novo modelo geral de orientação da política econômica do governo. Elaborado pela equipe chefiada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário. No diagnóstico apresentado e na terapêutica proposta, as linhas-mestras do plano estão muito mais próximas do receituário ortodoxo acerca do controle inflacionário do que das interpretações alternativas da escola cepalina, da qual Furtado era um dos mais notáveis representantes. (CPDOC, 2017).

14Oitavo ocupante da Cadeira 11, eleito em 7 de agosto de 1997, em sucessão a Darcy Ribeiro e recebido pelo Acadêmico Eduardo Portella em 31 de outubro de 1997.

15Fundado pela Lei nº 11 de 24 de março de 1836 permaneceu por 117 anos como o único estabelecimento público de ensino secundário em todo o estado da Paraíba. Além de Celso Furtado passaram por ali Cleanto de Paiva Leite, Lauro Pires Xavier e Augusto dos Anjos.

técnico de administração, criada em 1940, era provida por “concurso público de provas escritas e de tese, com defesa oral” (Wahrlich, 1985, p. 242-244). Depois, em 1944, a carreira foi desmembrada de acordo com as especializações da técnica administrativa: técnico de material, técnico de orçamento, técnico de pessoal, técnico de seleção e técnico de organização. Quanto à remuneração da carreira, não encontramos dados” (SILVA, 2010, p. 93).

Durante o seu período de permanência como funcionário do DASP, Furtado se dedicou a refletir a teoria da administração, Estado e democracia (FURTADO, 2014). Com relação a esse período, Wanderley destaca que Furtado publicou quatro artigos sobre o tema e que “por orientação do presidente do DASP Simões Lopes, as pesquisas estavam centradas no modelo dos Estados Unidos do qual era grande admirador” (TENORIO; WANDERLEY, 2018)

Um acontecimento interrompe os trabalhos de Furtado no DASP. Em 1945 foi convocado para lutar na frente de batalha na Itália. Sobre esse período ele não se sentia confortável. Mesmo tendo retornado com duas medalhas, não gostava de tocar no assunto. O silêncio talvez tenha a ver com a punição que recebeu, durante o governo militar do marechal Castello Branco, de cassação de direitos. Em 1946 retorna da guerra e em 1947 segue para o doutorado em economia na Sorbonne, França, de onde retornou em agosto de 1948 (FURTADO, 2014). Foi trabalhar na Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o economista austríaco Richard Lewinsohn, especialista em estudos de conjuntura de curto prazo, precursor da elaboração dos índices divulgados pela instituição e criador, juntamente com Américo Barbosa de Oliveira, da revista Conjuntura Econômica (CPDOC, 2009).

No ano de 1949 Furtado ingressa na CEPAL, em sua sede no Chile. Sua primeira tarefa foi preparar os dados que seriam apresentados na primeira conferência da entidade. Em 1951 chegou ao cargo de diretor de desenvolvimento da comissão como um reconhecimento pelo apoio brasileiro, através da intervenção de Vargas contra os ataques americano para encerrar a CEPAL e fundi-la com a Organização dos Estados Americanos (OEA) (TENORIO; WANDERLEY, 2018).

O peregrino Celso Furtado retorna ao Brasil em 1953 para presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE¹⁶. Esse grupo foi instaurado para complementar a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e fez um estudo para procurar entender porque o Brasil cresceu muito depois da segunda guerra mundial e produzir um projeto de programação para toda a economia brasileira nos anos posteriores. Outro objetivo do grupo foi suprir a carência de servidores do quadro técnico no governo com experiência em pesquisas de grande amplitude (TENORIO; WANDERLEY, 2018).

Em outubro de 1955, com o findar dos trabalhos do grupo misto, retornou à sede da CEPAL, em Santiago do Chile. Somente retornou ao Brasil em 1958, antes de retomar suas funções na CEPAL, em Santiago do Chile. Nessa ocasião, Cleanto de Paiva Leite, diretor do BNDE, convidou-o para integrar a diretoria dessa instituição. A proposta foi aceita, sob a condição de restringir-se apenas aos assuntos referentes ao Nordeste.

Concentrando-se nos problemas dessa região, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek interventor junto ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),

¹⁶Vale considerar que a CEPAL foi criada 1948 e o BNDE, em 1952. A Comissão exerceu influência sobre a criação do Banco. O BNDE foi a principal agência financiadora de investimentos no Brasil, destinada a cumprir esse papel de forma direta ou indireta. Além de liberar empréstimos, funcionava como avalista garantidor de empréstimos para o setor privado no exterior. Tem dois momentos muito claros na trajetória do BNDE: até a 1ª metade de 1950, todos os esforços do BNDE foram canalizados no sentido de prover o país de infraestrutura, que ainda não possuía, o que era considerado um ponto de estrangulamento industrial. Na segunda metade da década assumiu o papel para o qual foi criado, que era apoiar a iniciativa privada. O BNDE constituiu-se como um divisor de águas. Viabilizou o avançado processo de acumulação de capital do setor industrial (BAER, 2003).

criado pelo governo federal em dezembro de 1956 com o objetivo de realizar estudos sobre a economia nordestina. Essa foi a experiência de desenvolvimento regional mais bem-sucedida no período e, posteriormente, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959. A GTDN e a SUDENE trabalharam para resolver os problemas da grave seca que assolava o Nordeste e para a diminuição das desigualdades regionais. Destacando a SUDENE, que ficou sob responsabilidade de Celso Furtado, até 1964, e Rômulo Almeida que representou a Bahia na SUDENE, observa-se um grupo com percepção dos desequilíbrios entre o Nordeste e o Centro-Sul e por isso a necessidade de uma intervenção planejada para o desenvolvimento da região (SENRA, 2009).

Em 1961, logo no início do governo Jânio Quadros, o cargo de superintendente da SUDENE foi equiparado ao de ministro de Estado. Porém, em agosto do mesmo ano Jânio renunciou, assumindo o vice-presidente João Goulart que o nomeou, em 1962, Ministro do Planejamento, cargo que ocupou até 1963. Após deixar seu cargo como ministro passou a se dedicar integralmente à SUDENE, porém a situação política começou a se agravar até eclodir o movimento político-militar que depôs Goulart e instaurou novo regime no país em 1964. O primeiro Ato Institucional, cassou seus direitos políticos por uma década. Exilou-se no Chile e depois nos Estados Unidos. Esse período foi o mais fértil de sua produção acadêmica.

3.2 Guerreiro Ramos

O segundo peregrino a ter sua trajetória analisada é Alberto Guerreiro Ramos. Foi um sociólogo e político brasileiro. Dentre os cinco personagens estudados guarda a similaridade de ser nordestino, porém ele foi o único negro do grupo.

“O fato de sua negritude, de ter vivido no cenário baiano dos anos de 1930, onde a questão do negro emergia em diversas matizes de pensamento, além de ser uma época de grande efervescência cultural e política, tiveram importância fundamental em seus escritos a respeito da relação de raças, bem como em seu engajamento junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN), o que, por sua vez, refletiu, também, em sua idéia a respeito do que viria a ser a construção de uma identidade nacional e da importância que conferia à necessidade de uma *intelligentsia* negra no Brasil” (AZEVEDO, 2006, p. 15)

Talvez esses fatores tenham contribuído para que o pensamento de Guerreiro Ramos permanecesse durante muito tempo negligenciado no campo da intelectualidade nacional. Sua obra foi importante para o desenvolvimento da sociologia própria brasileira, que até a década de 1950 era escassa (TOSCANO, 2016).

“De modo geral, pode-se dizer que o conjunto da obra de Guerreiro Ramos buscou sustentar um caráter crítico diante da indiscriminada adoção de modelos importados, bem como estimular nos meios intelectuais brasileiros a necessidade de tomar parte no processo de desenvolvimento do país. Além disso, produziu contribuição definitiva para as ciências sociais aplicadas ao propor um novo desenho sociológico para a Administração, cuja tessitura formou-se mais na articulação de múltiplos sistemas sociais que no modelo centrado unicamente no mercado” (SOUZA, 2014, p. 444)

Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 13 de setembro de 1915, filho de Vítor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos. Nos anos 30, época de sua juventude, Guerreiro Ramos já despontava, no meio cultural da classe média baiana, como um promissor

intelectual, escrevendo ensaios regularmente para o diário O Imparcial e para algumas revistas literárias de circulação nacional (AZEVEDO, 2006). Iniciou a carreira no serviço público em 1933 como assistente na Secretaria de Estado e Educação da Bahia.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1939 para estudar e em 1942 diplomou-se em ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito da mesma cidade, curso que havia iniciado em Salvador (CPDOC, 2009).

Os anos quarenta seriam, para Guerreiro Ramos, decisivos em termos da opção que viria a tomar em favor da continuidade de suas reflexões nas ciências sociais, distanciando-se da sua intenção primeira de ser poeta. Nessa década, ele atuou em alguns órgãos do governo, entre os quais vale destacar o DASP, onde ingressou em 1943 como técnico de administração. No departamento Guerreiro Ramos fez nome e era conhecido como uma “pessoa de categoria” porque falava bem (TOSCANO, 2016). Segundo Azevedo (2006) desempenhando a função de técnico de administração, esboçaria, de maneira mais consistente, a sua preocupação com um dos temas principais de seus escritos: administração e teoria das organizações. Esses estudos lhe serviriam de apoio quando de suas preocupações mais diretas com uma teorização sobre a realidade brasileira, lançando propostas e diretrizes para ação no que concernia à administração pública nacional.

Durante seu segundo governo, Guerreiro Ramos permaneceu ativo no serviço público. Entre os anos de 1951 e 1954 atuou na Secretaria da Casa Civil. Nesse interim, em 1952 participou da AEPR, no que Santos (2006) denominou assessoria ampla. Também nesse mesmo ano tornou-se um dos professores fundadores da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebam, atual Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) onde lecionava para o curso de graduação em Administração Pública a cadeira de sociologia.

Enquanto Guerreiro Ramos exercia as atividades já descritas, também se envolvia com grupos de estudos independentes como o Grupo de Itatiaia¹⁷ (1952-1953) e o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o Ibesp¹⁸ (1953-1955). Esses dois grupos deram origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) em 1955.

Entre os anos de 1956 e 1959, Guerreiro Ramos atuou como diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, o Iseb destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, além da elaboração de instrumental teórico

¹⁷Alguns intelectuais e técnicos da administração pública decidiram se associar voluntariamente com a finalidade de estudar e formular diretrizes que orientassem os rumos do desenvolvimento industrial brasileiro. Formaram inicialmente entre os anos de 1952 e 1953, um grupo de estudos e debates que ficou conhecido como Grupo Itatiaia. Seus integrantes eram quase todos diplomados pelas faculdades de Direito, com preocupações intelectuais voltadas para os campos da Filosofia, Sociologia, História, Economia e crítica da arte. Alguns representantes do Rio de Janeiro participavam da administração de Getúlio Vargas, como Rômulo de Almeida, que desempenhava as funções de chefe da Assessoria Econômica da Presidência da República, da qual também faziam parte outros membros do grupo. Seu líder, Hélio Jaguaribe, era então assessor do ministro da Justiça.

¹⁸Logo a seguir, em 1953, o Grupo Itatiaia criou uma instituição privada que se denominou Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Já agora com o objetivo de dar a maior divulgação às ideias elaboradas em seu interior. Os intelectuais do Ibesp estavam interessados em formular um projeto de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, em sensibilizar setores da opinião pública que vinham sendo mobilizados, sobretudo pela Campanha do Petróleo, para aderirem às ideias do grupo. Para isso, criaram a revista Cadernos do Nosso Tempo e organizaram cursos e seminários. O Ibesp foi o precursor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – principal centro de elaboração teórica do “nacional-desenvolvimentismo”, fundado em 1955, após a crise política que levou ao suicídio Getúlio Vargas (Abreu. 1999).

que permitisse o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Constituiu um dos núcleos mais importantes de formação da ideologia "nacional-desenvolvimentista" que impregnou todo o sistema político brasileiro no período compreendido entre a morte de Vargas, em 1954, e a queda de João Goulart, em 1964 (CPDOC, 2009).

Ingressou na política partidária em 1960, quando se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a cujo diretório nacional pertenceu. No pleito de outubro de 1962 candidatou-se a deputado federal pelo então estado da Guanabara, na legenda da Aliança Socialista Trabalhista, formada pelo PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), obtendo apenas a segunda suplência. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (CPDOC, 2009).

“Em 1964, a sua trajetória de deputado seria brutalmente interrompida: o Comando Supremo da Revolução, no dia 9 de abril de 1964, por meio do Ato Institucional nº 1, resolveu suspender, pelo prazo de dez anos, os Direitos Políticos de dezenas de cidadãos brasileiros, figurando o seu nome no quinquagésimo terceiro lugar do rol de cassados” (AZEVEDO, 2006)

3.3 Rômulo Barreto de Almeida

Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros principalmente durante a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos e transformações da estrutura econômica brasileira e participar ativamente da formação das organizações e instituições do Brasil contemporâneo.

Nordestino, oriundo da baixa classe média e membro de uma mesma geração que migrou cedo para o Rio de Janeiro então capital federal, ingressou ainda jovem na carreira de serviço público. Atuou no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado por Vargas em 1938 para a reestruturação e modernização do serviço público federal; compôs a contraparte brasileira nas três missões econômicas mistas com os EUA: *Cooke*, *Abbink* e *CMEU*; presidiu a Assessoria Econômica de Vargas e o BNB e foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)

A história de Rômulo Barreto de Almeida – ou melhor, Rômulo Almeida como gostava de ser chamado por entender que o “de” era “coisa de aristocrata” – se mescla com a história econômica do Brasil. Odebrecht, no prefácio do livro “A serviço do Brasil: A trajetória de Rômulo Almeida”, o define como grande planejador, economista, estadista, cidadão do mundo, servidor público altamente qualificado, idôneo e idealista. Todo esse reconhecimento foi conquistado pelo seu trabalho dedicado ao Serviço Público brasileiro durante grande parte de sua vida.

Rômulo Almeida nasceu no bairro da Lapinha, em Salvador, no estado da Bahia, no dia 18 de agosto de 1914, porém viveu sua infância e adolescência na cidade de Santo Antônio de Jesus¹⁹ e era o mais velho de onze filhos.

¹⁹Santo Antonio de Jesus é um município localizado à 187 km de Salvador. A partir de 1882 a cidade viveu um período de crescimento, pois tornou-se o ponto terminal da estrada de ferro e um importante centro de comércio. “Na época em que ele (Rômulo) cresceu, Santo Antonio era uma comunidade com muita vitalidade” onde “prosperou uma classe média mais cultivada intelectualmente (...)” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 32).

Filho de Eduardo de Souza Almeida e Almerinda Barreto de Almeida. Seu pai trabalhou como caixeiro-viajante, comerciário e aposentou-se como empregado. Foi um homem de pouco estudo, mas com grande conhecimento que ia adquirindo conforme surgia oportunidade. Em Santo Antônio de Jesus.

“(...) encontrou não somente gente que ensinava a ler e escrever, mas até quem dava cursos de francês, inglês e mesmo noções de sociologia e filosofia. Frequentou alguns deles, adquirindo assim o hábito da leitura. Um primo de Rômulo, Isafas Alves, costumava lembrar que a primeira vez que viu o Manifesto Comunista, foi na mão dele. Conforme Rômulo relata, ele havia escrito a Paris, solicitando um exemplar, que recebeu pelo correio. ‘Ele estava procurando se comunicar com o mundo’.” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 24).

Almeida foi criado com disciplina rigorosa, mas que sempre o direcionou para os estudos. Seu pai exerceu forte influência sobre a sua formação. Ainda criança ouvia os comentários que o pai fazia sobre notícias que lia em jornais e revistas. Contudo, sua educação formal iniciou-se com uma professora primária e logo depois transferido para a escola. Em 1925, com onze anos, foi cursar o ginásio em Salvador com bolsa parcial no Ginásio Ipiranga. Almeida bacharelou-se em 1933, aos dezenove anos, pela Faculdade de Direito da Bahia.

“Naquele tempo o curso ginásial era de seis anos. Contudo, como estava em pleno vigor a reforma Rocha Vaz, era permitido aos alunos que estavam no sexto ano de ginásio fazer o vestibular e matricular-se na faculdade. Assim, Rômulo passou para a faculdade de Direito em 1930, ao mesmo tempo em que fazia o sexto ano do ginásio. Depois, na faculdade, teve um outro benefício: houve uma reforma do ensino, abreviando o currículo para quatro anos. Como os alunos mais adiantados já haviam feito algumas cadeiras dos anos finais, deu-se um arranjo e, com isso, Rômulo terminou o curso com apenas três anos de faculdade – o que ele considerou prejudicial para sua formação” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 39).

Durante seu período ginásial, Rômulo começou a participar de movimentos estudantis e a se envolver mais com acontecimentos políticos de sua época.

“Desde os 13 anos fui provocado pela política, tanto a política de dentro do colégio como a de fora. (...). Eu era um pouco crítico, não era assim tão fanático pela Revolução de 30. Apesar disso, fiquei a favor, embora confesse que não tinha uma esperança absoluta na revolução. Mesmo assim, saí de Salvador e fui pra Alagoínhas para me inscrever como voluntário das forças revolucionárias (...). Acontece que a revolução acabou. Tinha apenas 16 anos, era um pouco de aventura” (SOUZA; ASSIS, 2006, p. 44).

Ele se dizia nacionalista desde o ginásio, muito embora socialista no sentido da distribuição de oportunidades iguais e da participação do povo. Durante a Revolução de 1932, ainda no movimento estudantil, foi preso por estar contra Vargas.

Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia e em 1934, Almeida migrou para o Rio de Janeiro por motivos que ele mesmo descreve em entrevista.

“A razão é a seguinte: desemprego na província. Falta de oportunidades intelectuais também. Mas sobretudo desemprego. No meu caso, por exemplo, eu era adversário do governo estadual, era de uma família muito pobre, não tinha a menor chance de ter emprego, seja no setor privado, seja no setor público. Então, vim para o Rio. Já tinha concluído o curso de direito e vim para o Rio pedir um emprego de datilógrafo. E assim

mesmo passei desempregado muito tempo. Fui sustentado aqui por um tio, que era um industriário, morava na Penha e me deu amparo (...)” (ALMEIDA, 1988, p. 2)

Sua formação na cidade de Salvador como bacharel em Direito, não trouxe o sucesso profissional almejado nem a tranquilidade econômica esperada. As atividades no âmbito da advocacia não eram muito prometedoras em função das próprias limitações da economia local.

O primeiro contato de Rômulo Almeida com o serviço público foi em 1940 ao aceitar o convite de Mário Augusto Teixeira de Freitas, secretário-geral do IBGE. Nesta época Rômulo estava desempregado e vivia de “bicos”. Neste mesmo ano casou-se com Francisca Aguiar Almeida, com quem teve três filhos. Foi enviado ao Acre para assumir os trabalhos na diretoria da Seccional de Planejamento do Recenseamento, em Rio Branco, onde ficou alguns meses. Chegou a diretor do Departamento de Geografia e Estatística do território do Acre, graças a sua dedicação aos estudos autodidatas de Economia.

No final do ano de 1942 foi representante do Território do Acre na Conferência Nacional de Educação onde conheceu o Ministro Gustavo Capanema e outra figura que marcaria sua trajetória de forma substantiva, o advogado San Thiago Dantas. Permaneceu três anos e meio no escritório de Dantas e dedicou-se, de forma autodidata, ao estudo sistemático dos assuntos econômicos com o intuito de profissionalizar-se como economista. Também entre os anos 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. (SOUZA; ASSIS, 2006)

Em 1944 foi aprovado entre os primeiros colocados em concurso do DASP para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rômulo, que se dizia nacionalista, realiza um constante esforço para compreender a situação brasileira em uma perspectiva coerente, crítica e enraizada na história, com foco nas mudanças econômicas e os conflitos sociais e políticos que acometeram o país neste tempo curto acelerado. Paralelamente, desenvolve uma explicação e uma alternativa para o Brasil (BARBOSA, KOURY, 2012)

Em 1946 prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte, onde teve um contato mais próximo com Jesus Soares Pereira. No período de 1948 a 1949 participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão *Abblink*. Atuou com Cleanto de Paiva Leite e diversos outros técnicos.

Por volta de 1950, atuando como economista da Confederação Nacional da Indústria, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Iniciado o segundo governo Vargas em janeiro de 1951, no mês seguinte foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido por Vargas de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República. Na sua passagem pela Assessoria Econômica de Vargas, Rômulo já deixava claro sua preocupação com as inquietações com a necessidade de planejamento (SAAVEDRA CASTRO, 2010). A respeito do período que esteve à frente da AEPR (1951 – 1953), Rômulo Almeida se envolveu em projetos como o da Eletrobrás, Petrobrás, CAPES, entre outros. Representou um período áureo na carreira de Rômulo.

Ainda em 1951 tornou-se membro do conselho consultivo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, posto que manteria até 1966. A partir de 1953, Rômulo de Almeida tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Ainda no segundo semestre desse ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil e deixou a presidência da AEPR, assumindo Jesus Soares Pereira. Com o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se de seu cargo, já com a intenção de concorrer a uma cadeira na Câmara Federal. CPDOC

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PTB. Iniciou o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se vice-líder do PTB em março. Em abril, porém, deixou a Câmara e se voltou para os problemas do seu estado, a Bahia. Primeiramente assumiu a Secretaria da Fazenda baiana. Ainda em 1955 criou e presidiu na Bahia a primeira Comissão de Planejamento Econômico do estado. Dois anos depois, em 1957, criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal.

Após essas atividades, reassumiu seu mandato na Câmara em julho desse mesmo ano, exercendo-o até dezembro. No período de 1957 a 1959 reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e nesse último ano, durante o governo de Juraci Magalhães, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste em seu estado. Representou também a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba). Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, nomeado representante do Brasil junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exoneraria em 1966.

Diferentemente dos outros peregrinos, curiosamente, pesa sobre Rômulo o fato de não ter sido cassado e nem forçado ao exílio quando da ditadura militar, o que fez muitas pessoas de esquerda, do antigo PCB ao novo PT, levantarem senões sobre ele.

3.4 Jesus Soares Pereira

Jesus Soares Pereira nasceu em Assaré, no sertão cearense em seis de maio de 1910. Seu avô paterno, o Professor Felismino José Pereira – a quem ele descreve como “(...) barbalhense ilustre, latinista, amante dos clássicos, defensor dos oprimidos (...)” (PEREIRA, 1988, p. 36) – foi-lhe referência em sua formação, assim como seus pais Pedro Felismino Pereira e Maria Isabel Soares Pereira. Foi despertado ainda bem cedo para problemas sociais como a I Guerra Mundial (1914-18) conquanto lia, ainda que às escondidas, os jornais e revistas de seu pai.

Passou por duas grandes secas que assolaram o Nordeste em 1915 e 1919, especialmente o Ceará, onde milhares de pessoas morreram e ocasionou o deslocamento de outros milhares de sertanejos para os entornos dos centros urbanos, como a capital, Fortaleza.

Pereira se dedicou a aprender, ainda que de maneira informal e autodidata “(...) acompanhando os acontecimentos locais, mesmo que muito jovem”. Procurou dar forma e aprimorar seu arcabouço teórico, sempre evidenciando seu espírito nacionalista, ainda que isso lhe custasse tempo de juventude destinado ao trabalho para sustento.

“Fiz-me adulto aos quinze anos, como a generalidade dos sertanejos nordestinos da minha geração – acompanhando os acontecimentos do meu meio, já que a idade não me permitia participar deles; vendo, observando, aprendendo na escola da vida; estudando o que me aguardava, lendo tudo quanto me caía às mãos, num autodidatismo algo anárquico até hoje incorporado aos meus hábitos intelectuais. Cursos sistemáticos só os fiz, só os consegui fazer, ao me tornar apto a prover a minha própria subsistência trabalhando à noite, duramente, para frequentar o Liceu durante o dia, quando adolescente, ou trabalhando todas as horas, inclusive as de intervalo das aulas, para cursar uma faculdade, já constituída minha família, e como meio de aprimorar conhecimentos, para melhor servir ao meu País.

“Não contei com mesadas domésticas ou com bolsas de estudo governamentais ou de empresas; desconheço as facilidades para a conquista da cultura, como do bem-estar material” (PEREIRA, 1988, p. 37).

Emigrou para o Rio de Janeiro em 1932, no ápice da crise que se iniciou em 1929. A crise do café evidenciou os desequilíbrios inter-regionais brasileiros, que se tornava desolador e com severas consequências para “(...) os brasileiros que nascem ao norte do Espírito Santo” (PEREIRA, 1988 p. 37). Além disso, como fator de repulsão era mais uma das mais terríveis secas do Nordeste (a terceira de sua vida) e o desemprego. Esses fatores fizeram com que Pereira abandonasse a faculdade de engenharia e se dedicasse a lecionar em preparatórios para concursos civis enquanto ele mesmo se preparava.

Sua inserção no Serviço Público, foi na extinta repartição geral dos telégrafos²⁰ do Ceará aos quinze anos, em meados de 1925, e exerceu essa atividade por quase seis anos, até o final de 1931, quando emigrou para o Rio de Janeiro, capital brasileira à época.

Cumpria jornadas noturnas, conquanto atribuiu a isso a possibilidade de “fazer curso integral de preparatórios, de cinco anos, frequentar aulas particulares de algumas matérias e prestar o serviço militar”. (PEREIRA, 1988, p. 47). Pereira define sua passagem pela repartição como “uma escola ativa de efeitos duradouros” em relação à disciplina e dos assuntos nacionais. (PEREIRA, 1988, p. 47)

Jesus Soares Pereira emigrou para o Rio de Janeiro no início de 1932 e “devido à sua ligação com os positivistas, ainda em 1931, tornou-se amigo do diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, Mário Barbosa Carneiro, que no ano seguinte assumiu interinamente as funções de Ministro”. (CPDOC, 2001). Pereira, foi então nomeado para exercer algumas funções, num modesto cargo, entre os anos de 1932 e 1934, na antiga Diretoria Geral de Contabilidade e no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

O contato com servidores mais experientes, despertaram no peregrino Jesus Soares Pereira o interesse de aperfeiçoar seus conhecimentos na área pública e econômica, ainda que não houvesse no Brasil estudos formais na área. Sendo assim, o direcionamento para atuação econômica se deu em um esforço autodidata.

Mas foi com seu ingresso através de concurso público, aprovado em primeiro lugar, para a carreira de oficial administrativo da Secretaria de Estado da Agricultura em 1933, que Pereira passou a dedicar seus esforços enquanto servidor público civil para o campo econômico. Sobre esse período, Pereira destaca que “após um interregno que, para mim, se afigura hoje utilíssimo estágio na burocracia administrativa federal, cujos escaninhos procurei conhecer, identificando algumas das deficiências de que padecia e padece” (PEREIRA, 1988, p. 49)

Dentro do ministério recebeu a tarefa de integrar uma comissão, composta por três membros, a fim de articular órgãos governamentais de fomento e defesa sanitária através de acordos intergovernamentais nas três esferas, federal, estadual e municipal.

Como resultado das funções exercidas, Pereira adquiriu:

“(...) variados conhecimentos acerca dos problemas da agropecuária nacional, através do exame de documentos que afluam à Comissão, oriundos de todo o País, e do contato com técnicos e administradores pertencentes aos quadros do Ministério da Agricultura e dos Serviços estaduais; e os próprios dissabores funcionais, que transpiraram à minha revelia – que fatos dessa natureza não transpiram? – ensejaram dois convites para prestar serviços noutras entidades governamentais: um, para assumir a direção de serviço administrativo da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco, por mim recusado (...); outro (...)

²⁰Tal repartição foi regulamentada em 20 de junho de 1864, ainda durante o Império, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com o intuito da implementação e expansão do serviço de telégrafo no país (CAMARGO, 2018).

para chefiar os serviços administrativos e Secretaria do Antigo Conselho Federal de Comércio Exterior, ao qual acedi, tendo por objetivo, expresso, o desempenho posterior de encargos de natureza técnico-econômica, inerentes às atribuições daquele órgão governamental”. (PEREIRA, 1988, p. 50)

Ao aceitar o convite para o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), em 1937, Pereira se desliga funcionalmente do Ministério da Agricultura. Pouco depois da implantação do Estado Novo em novembro de 1937, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) teve suas atribuições ampliadas e passou a condição de órgão deliberativo, o que se refletiu no crescimento do seu corpo técnico. Um dos nomes então requisitados foi o de Jesus Soares Pereira. Nos anos seguintes, recebeu encargos de naturezas diversas, atuando na assessoria de grupos de trabalho e do conselho pleno do CFCE, cujas reuniões eram presididas com frequência pelo chefe do governo Getúlio Vargas.

O caráter nacionalista de Soares Pereira se evidencia cada vez mais nas suas constantes participações nas tentativas de solução para os problemas nacionais, sempre de forma técnica e objetiva. Nos anos de 1938 e 1939, ainda no início de sua atuação no CFCE, ele se aproximou da elaboração dos decretos-leis que auxiliaram a formação de políticas da União voltadas para combustíveis líquidos e dos lubrificantes de origem mineral, dando origem ao Conselho Nacional do Petróleo²¹ (CNP), o qual Soares Pereira foi convidado para integrar a equipe de organização e instalação do órgão, bem como dirigir seus serviços administrativos. Ele salienta diversas vezes que atuou na formulação de tais políticas e na implementação do CNP de forma patriótica.

Em 1940, Jesus Soares Pereira pede dispensa do CNP e retorna ao CFCE, onde ficou até 1945. Nesse ínterim cursou Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. (PAIXÃO, 2010)

A experiência adquirida por Jesus Soares Pereira sobre a economia do país durante esses anos permitiu que ele fosse convidado a integrar a Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, com vários outros servidores públicos, auxiliando de forma técnica a Comissão de Estudos dos Problemas Econômicos e Sociais, na área de transporte e energia. Pereira passou a conduzir pesquisas e, de forma mais específica, passou a se dedicar aos problemas portuários e na rentabilidade dos investimentos do setor.

Em 1947 Soares Pereira foi convidado por Virgílio Gualberto para dirigir a Divisão de Economia Florestal no Instituto Nacional do Pinho, onde ficou por cerca de quatro anos. Dentre as tarefas desempenhadas estão a elaboração de relatórios, programas, projetos e estudos acerca das madeiras nacionais, florestas e produtos florestais e conservação do solo. Em 1949 assumiu a presidência do instituto onde ficou até 1951 e deixou o cargo para assumir função na Assessoria Econômica para Presidência da República do Segundo Governo Vargas.

Soares Pereira ingressou na AEPR no dia primeiro de fevereiro de 1951, a convite do Chefe da Casa Civil da Presidência da República Lourival Fontes. Os anos de experiência anteriores permitiram a ele ser detentor de um vasto conhecimento a respeito de recursos naturais e energia. Tudo indica que esse conhecimento técnico foi primordial para escolha. Os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (rodapé), que foram incorporados pela AEPR, mostravam a

21 Não se pode perder de vista que, internamente, no final de década de 1930, o Brasil era regido pela política do Estado Novo (1937 – 1945), com destacado impulso industrializante regido pelo Estado. Isso evidencia o caráter nacionalista assumido pelo CNP, criado pelo decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938 e que determinava que o Estado brasileiro regularia o comércio, o transporte, a distribuição, bem como a exportação e a importação de petróleo e seus derivados. Segundo Peyerl, a intenção de Getúlio Vargas ao criar o CNP era aprofundar o conhecimento técnico e a pesquisa acerca do petróleo e também sua industrialização.

necessidade de exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e colocasse em prática projetos prioritários relativos basicamente a energia e transportes. (D'ARAÚJO, 2017)

A respeito do convite recebido, Soares Pereira diz que:

“(…) aceitei o convite desde que as tarefas a me serem confiadas se cingissem ao equacionamento técnico-econômico, em busca de soluções adequadas, dos problemas energéticos nacionais e questões correlatas, pois entendia serem esses problemas bastantes amplos e complexos para absorverem todo o meu tempo. Aceitei o convite, assim, diante da perspectiva de vir a prestar reais serviços ao País, em setor de excepcional importância para o seu desenvolvimento e ao estudo do qual me dedicava há anos (…)” (PEREIRA, 1988, p. 61).

Essa fala de Soares Pereira demonstra o sentimento nacionalista nutrido por ele e o que o impulsionou a aceitar o convite de compor a Assessoria. É claro também que o fato de Rômulo Almeida presidir a AEPR foi um fator importante para essa decisão, uma vez que eles já se conheciam e dava testemunho da sua competência. Também considerou o fato de que já não poderia contribuir de forma mais efetiva no Instituto Nacional do Pinho.

A vida de Jesus Soares Pereira era simples e dedicada ao prazer de trabalhar pelo Brasil. Em entrevista concedida a Medeiros Lima (1975), ele relata que antes de ingressar na AEPR:

“(…) trabalhava também na Fundação Getúlio Vargas, no núcleo da conjuntura econômica, que integrei desde o seu aparecimento com o Dr. Richard Lewinson . Tinha uns quatro anos de trabalho ali. Trabalhava pela manhã na fundação, à tarde no Instituto Nacional do Pinho e à noite no *Diário Carioca*. Vivia um período difícil de minha vida, com sérios compromissos a saldar (LIMA, 1975, p. 94).

Com a saída de Rômulo Almeida da presidência da AEPR, Soares Pereira assumiu o cargo até 1954. Com o suicídio de Vargas e por consequência o fim do seu governo, Jesus Soares Pereira deixou o cargo de confiança na AEPR e considerou encerrar a sua carreira no serviço público.

“O desfecho da crise alimentada pelo udenismo desde 1950, com a deposição do presidente Getúlio Vargas e o seu suicídio, levou-me até mesmo a cogitar de me demitir simplesmente do serviço público civil, a que me dedicava fazia então 29 anos; passaria a tratar essencialmente do meu interesse individual, no âmbito da iniciativa privada. Amigos me advertiram de que, não havendo constituído patrimônio material próprio nesses anos de trabalho, poria em risco a subsistência da minha família se renunciasse a aposentadoria assegurada por lei aos servidores públicos e, mais, de que eu estaria menosprezando um ‘direito’ cuja defesa me cumpria, em resguardo daqueles que dependiam de mim, e do qual do qual deveria prevalecer-me, no futuro, se os azares da iniciativa privada fossem contrários aos meus propósitos. Sabia eu, entretanto, que o ‘direito’ à aposentadoria estava submetido como tudo o mais na ordem civil, às vicissitudes políticas e, também tinha como certo que, se esse ‘direito’ fosse mantido formalmente de pé, a inflação tenderia a reduzi-lo a qualquer coisa mais ou menos simbólica, com o passar do tempo. Adiei o meu afastamento voluntário do serviço público civil por outros motivos bem diversos: sentia-me válido e ainda não cumprira o compromisso que implicitamente havia assumido para com a Nação de servi-la durante pelo menos 35 anos na órbita governamental; optei conscientemente, assim, por um risco que vislumbrava muito maior, em relação à segurança da subsistência, na velhice, do que o antevisto pelos amigos no meu pedido de demissão” (PEREIRA, 1988, p. 77-78)

Sendo assim, Soares Pereira continuou seu brilhante trabalho no serviço público. Decidiu tirar férias que não gozava fazia dez anos e logo após esse período de descanso retornou ao

Ministério da Agricultura para prestar serviços ao Banco do Nordeste, como economista, no escritório sediado no Rio de Janeiro, onde ficou por alguns meses.

Em 1956, no início do governo de Juscelino Kubitschek, Soares Pereira assumiu uma nova função: a de chefiar a Assessoria Técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas.

“Aceitei o convite, dentro da minha norma de conduta no serviço público civil: confiava naquele que o formulara – o alm. Lúcio Martins Meira, com quem convivera funcionalmente na AEPR, de 1951 a 1954 – e as metas governamentais correspondentes à sua Pasta ajustavam-se, sem qualquer dúvida, a meu ver, ao interesse público, desde que conduzido de forma adequada o trabalho para seu cumprimento. Preparei-me, assim, para encerrar a minha atuação no serviço público colaborando no encaminhamento dos graves problemas dos transportes e das comunicações, setores que entendia retardados em face do desenvolvimento de outros da atividade nacional e a exigirem, portanto, toda a atenção dos patriotas esclarecidos e devotados” (PEREIRA, 1988, p. 79).

No mesmo ano, aceitou a função de membro do Conselho Nacional do Petróleo, como representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, onde permaneceu até 1959, ao findar o mandato de conselheiro. Pereira ressalta que “(...) a bem da verdade, que a coordenação dos trabalhos da Assessoria, os encargos que fui assumindo no Conselho Nacional do Petróleo e o meu estado de saúde não me permitiram dar contribuição assinalável a essa equipe” (PEREIRA, 1988, p. 81).

Soares Pereira manteve-se afastado do serviço público entre 1960 e 1961. Optou por gozar de uma licença-prêmio a que tinha direito durante o governo de Jânio Quadros. Segundo ele, não foi a falta de convite que o fez se afastar dos serviços públicos. Pelo contrário, recebeu dois convites, um feito pelo então ministro de Minas e Energia, Dr. João Agripino para chefiar um gabinete técnico no Rio de Janeiro e outro pelo ministro da Agricultura, Romero Cabral da Costa, ambos negados. Sua justificativa para as recusas foi de que “(...) não acreditava que vingasse o governo de Jânio Quadros, porquanto estava vindo com um estilo muito diferente daquele a que o país estava acostumado. Era uma questão de tempo, e ele mergulharia numa crise profunda” (LIMA, 1975, p.161).

Retornou em 1962 no governo de João Goulart e assumiu o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), até perder o cargo com o golpe de 1964 que depôs o presidente Goulart e levou o general Humberto Castelo Branco ao poder. Soares Pereira foi incluído na lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1)²². Pouco depois partiu para Santiago do Chile. A respeito disso, ele diz que:

“(...) Surpresa tive com minha cassação. Não me considerava pessoa tão importante a ponto de figurar na lista dos primeiros cem selecionados para a perda de direitos políticos. No primeiro momento pensei que aquilo não era comigo. Mas depois refleti: com este nome só pode ser eu mesmo. Jesus Soares Pereira só há um. E aí não dei mais importância ao fato” (LIMA, 1975, p.164).

²²Composto de 11 artigos, o AI-1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, “a revolução, investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. No dia 10 de abril, a junta militar divulgou a primeira lista dos atingidos pelo AI-1, composta de 102 nomes. (CPDOC, 2009).

O quarto peregrino, diferentemente dos anteriores, não possui muitas obras escritas e pouco se tem sobre a sua biografia. No entanto, através de um esforço de pesquisa, foi possível levantar fontes documentais do arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) pertencente à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e através de sua obra autobiográfica “O homem e sua ficha”, de 1962 e de entrevista dada a Medeiros Lima publicada em 1975.

Apesar de ser considerado um homem “mais duro no trato” e “sem vocação política” (SANTOS, 2006), Jesus Soares Pereira é sem dúvida “(...) um homem de projetos, metódico e centrado” (SICHEL; SILVA, 2018). Tais qualidades são comprovadas em seus planos de fortalecimento da indústria de base, voltados para o petróleo e energia, muito importantes em um contexto de industrialização pesada como a ocorrida no Brasil durante o primeiro ciclo desenvolvimentista (1930-1964) (BIELSCHOWSKY, 1988). Jesus Soares Pereira, teve importante destaque na criação da Petrobrás e classifica a sua passagem pela Assessoria Econômica do Segundo Governo Vargas, como uma “extraordinária experiência”. Seu autodidatismo, ponto forte de sua trajetória, permitiu que essa passagem acrescentasse ao seu espírito estudioso experiências sobre problemas nacionais e capacitação para atuar no setor público.

Jesus Soares Pereira dedicou maior parte de sua vida simples a discutir e propor alternativas para o problema energético brasileiro e entendia que “[...] só o Estado seria capaz de realizar empreendimentos tão fundamentais nessa direção” (LIMA, 2013). Muito, além disso, dedicou sua vida ao prazer de trabalhar pelo Brasil:

“Considero-me, assim, um privilegiado da sorte, por haver nascido no Brasil e por ter tido ensejos de contribuir para a sua construção econômica e social, em período marcante da história do meu País; e por ter conseguido isso, não obstante da minha origem humilde, de tal forma que só tenho motivos para me orgulhar da minha atuação consciente” (PEREIRA, 1988).

3.5 Cleanto de Paiva Leite

O quinto e último peregrino a ter a sua trajetória no serviço público analisada por este trabalho é Cleanto de Paiva Leite. Foi nascido e criado na cidade da Paraíba, atualmente João Pessoa, no dia 24 de março de 1921, filho de João Batista Leite de Araújo – professor descendente de uma família de fazendeiros de gado e de políticos do sertão da Paraíba – e de Lílissa Paiva Leite de Araújo, também professora primária e descendente de fazendeiros de gado decadentes do agreste paraibano.

Deixou sua cidade Natal em 1936, aos quinze anos, para ir estudar no Recife e começou a trabalhar à noite no Diário de Pernambuco para se sustentar e aos dezessete prestou vestibular e foi aprovado para a Faculdade de Direito do Recife.

Em 1940, Paiva Leite retornou para João Pessoa – aproveitando as facilidades em relação às frequências às aulas do curso de Direito – onde começou a trabalhar na Biblioteca Pública Estadual.

Declarava-se marxista, embora não tenha se filiado a nenhum partido comunista. Segundo Lima sobre Cleanto:

“Foi precoce intelectualmente, pois entre os 14 e 15 anos de idade já adquiria livros marxistas. Diz que deve muito à Biblioteca Pública da Paraíba, pois ao longo de todo o ginásio, terminadas as aulas diárias, ia a biblioteca e lia de tudo, romances, história. Segundo ele, era essa uma maneira de compensar a falta de dinheiro para comprar livros” (LIMA, 2013)

Em 1942 foi aprovado em concurso para o DASP para e ingressou como técnico de organização e métodos. Nesse ano também concluiu o curso de Direito, realizando as últimas provas no Rio de Janeiro. Em 1945, já funcionário do DASP, Cleanto tem uma oportunidade de estudar na *London School*, quando se torna um grande leitor de Harold Laski, dos trabalhistas, de Sidney Webb e da Fabian Society, terminando como um estudioso do sistema político constitucional administrativo britânico, estudos que muito marcaram sua formação e trajetória (LIMA, 2013).

Recém-chegado em 1951, iniciou uma programação para retornar ao DASP, pois havia se licenciado. Porém, dada a configuração política da época aproveitou o convite de Rômulo Almeida para ingressar na Assessoria da Presidência no Catete.

“Voltei em fevereiro de 1951 e aqui, antes mesmo que eu pudesse me apresentar ao DASP, fui convocado pelo meu amigo Rômulo Almeida pelo antigo chefe, o ministro Moacir Briggs, que estavam no Catete e que me informaram que antes mesmo da minha vinda para o Brasil, na organização inicial do Gabinete Civil do presidente Getúlio Vargas, o meu nome tinha sido considerado para integrar a Assessoria do Presidente Getúlio Vargas. (LEITE; 1988, p.3)

Tinha sua maior carga de tarefas relacionadas a questões externas, relações com as Nações Unidas, relações com Argentina, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos²³. Com mudanças na Assessoria da Presidência passou a oficial de gabinete e assim como Rômulo Almeida e depois Jesus Soares Pereira despachava diretamente com o presidente. Ao se tornar assessor direto do Presidente e ocupar o cargo de “oficial-de-gabinete”, Cleanto inicia uma das fases mais proveitosas da sua vida pública. Ainda nesse período participou de uma comissão criada para elaborar um projeto de renovação da estrutura administrativa do governo. Do trabalho dessa comissão resultou um documento que previa as atuais funções dos ministérios da Indústria e Comércio e do Interior, além de um sistema de planejamento e controle de gestão das empresas estatais. Foram também estabelecidas ou consolidadas agências capazes de atuar técnica, financeira e institucionalmente de modo autônomo. CPDOC

“Cleanto de Paiva Leite, responsável pela Assessoria na área internacional, muitas vezes rivalizava com o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura, francamente pró EUA. Leite costumava sobrepor seu trabalho na Assessoria ao de Fontoura no Itamaraty, o que sugere o prestígio que os técnicos da Assessoria tinham junto a Vargas. (...) Leite atuava na assessoria internacional, gerenciando as complicadas relações com os EUA com vistas a manter os empréstimos que financiariam o processo de industrialização, ao mesmo tempo em que se esforçava por não ser subserviente à Casa

23Essa comissão mista BR-EUA (51-53), desenvolveu um trabalho muito próximo das diretrizes desenvolvidas pela CEPAL, que falávamos que tinham uma preocupação com a importância demanda externa, com o capital externo. Foi muito importante o trabalho desse grupo. Naquele momento deu muito mais contribuições que a CEPAL, por uma razão óbvia, porque a CEPAL estudava a América Latina, e esse grupo estudava realidade brasileira, para fazer um diagnóstico da realidade brasileira. A pretensão era de que a partir do diagnóstico, se partisse para a implementação do planejamento. No entanto o país não tinha recursos e esses recursos estavam prometidos pelos estados unidos, mas esses recursos não chegaram, por causa de transição do governo, o qual não manteve o compromisso.

Branca, tentando pautar uma agenda de política externa mais autônoma para o Brasil” (DULCI, 2013).

Em 1951, Cleanto de Paiva Leite tornou-se representante do Brasil, no *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF), função que exerceria até 1954. Ainda durante o segundo governo Vargas, foi nomeado, em agosto de 1953, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Licenciado entre 1956 e 1958, seria posteriormente reconduzido a esse cargo, que ocuparia até agosto de 1962. Em 20 de junho de 1952, é criada essa instituição com o objetivo de financiar e gerir os recursos dos projetos que captavam valores no Brasil ou exterior. O Presidente Getúlio decide, então, criar o BNDE, para administrar o Fundo de Reparelhamento Econômico.

De 1953 a 1955 integrou o conselho consultivo do Banco do Nordeste do Brasil participando, ainda em 1953, como representante do Brasil, da reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com Getúlio Vargas, realizada em Petrópolis (RJ). Vargas apoiou ativamente a CEPAL no intuito de ampliar as relações do Brasil com os demais países da região, uma “base racional” para a política econômica desenvolvimentista latino-americana.

Chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, em 1957, foi designado, em dezembro de 1958, delegado brasileiro à conferência internacional durante a qual foi redigido o estatuto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No início de 1960 foi eleito diretor-executivo do BID, reelegendo-se para o período 1963-1966. Renunciou ao cargo em dezembro de 1964, quando assumiu a representação desse organismo no Chile, função que exerceria até abril de 1968. De volta ao Brasil, tornou-se diretor do escritório carioca do grupo gaúcho Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Permaneceu nessa empresa durante alguns anos, ingressando depois na Fundação Getúlio Vargas, onde criou o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, da qual tornou-se diretor executivo.

Cleanto que, por competência técnica, tinha alcançado o alto nível da gestão pública e era uma pessoa corajosa e afirmativa na sua forma de atuação, começou a incomodar os integrantes do governo militar, que não se conformavam com a presença de um democrata e nacionalista na direção do Banco Interamericano do Desenvolvimento. O que decorre numa forte pressão para ele renunciar ao mandato de diretor do BID e voltar ao Brasil para reassumir a sua antiga função no DASP.

Nessas alturas, ele já se encontrava no Chile a convite do presidente do BID. No Brasil, por ordem do comandante Castelo Branco, o presidente do DASP instaura um inquérito administrativo a fim de demitir Cleanto. Seguindo os trâmites legais, a Comissão de Inquérito profere um parecer favorável, onde fica claro que o exemplar funcionário não tinha intenção de abandonar o emprego, o que claramente desagradou o governo.

Os militares, independentemente da Comissão de Inquérito, resolvem pela demissão de Cleanto. Ele chega a recorrer à injusta decisão, mas o recurso é negado. Ainda durante o governo Castelo Branco, a demissão é confirmada; um dentre tantos absurdos cometidos no período da ditadura se concretiza e um dos grandes nomes da gestão pública é demitido “para o bem do serviço público”. Se iniciou uma fase de excesso de autoritarismo e de implantação de um novo modelo de política econômica e governamental que vai de encontro com o padrão aplicado pelos governos anteriores.

É possível se afirmar que apesar de estar incluído e exercer influência no centro da gestão pública brasileira em diversos períodos, Cleanto não demonstrava interesse na vida pública como político. Mesmo ocupando posições de relevância em órgãos e organizações que tinha extrema

importância no cenário internacional, ele sempre se demonstrou contrário aos adeptos da ideia de desenvolvimento coligado ou subordinado a interesses internacionais.

Nacionalista, parece que em todo tempo, tinha consciência da dimensão dos problemas do seu país, e também da capacidade que tinham os brasileiros de enfrentá-los de maneira racional e corajosa. Dessa forma, não restam dúvidas que sua atuação na gestão pública colaborou para o Brasil aparecer e mostrar suas potencialidades no plano internacional. Apesar das circunstâncias o ter levado a prática profissional na vida privada, afirma-se sem receio que Cleanto de Paiva Leite como servidor público, tornou-se um expoente nordestino com admirável atuação na gestão pública que focava na construção de um desenvolvimento autônomo do país.

3.6 Quadro e Análise Prosopográfica

Segundo Corrêa (2006), a biografia coletiva expõe as características comuns dos biografados para a construção de um perfil social desse grupo. Sendo assim, os gráficos a seguir buscaram agregar algumas informações que permitem visualizar e analisar a trajetória no serviço público dos cinco Peregrinos. Com isso, pode-se buscar entender quais marcas de suas experiências inserem-se no conteúdo de seus ideários políticos, afinal, para compreendê-los, é preciso antes conhecer aqueles que o produziram. Pretende-se, dessa forma, traçar um perfil do conjunto das biografias, analisando-as comparativamente, realçando pontos em comum e apontando diferenças significativas. Trata-se de um perfil de um setor das elites, elaborado a partir de casos exemplares, alçados à condição de tipo ideais.

O trabalho em torno das biografias coletivas aqui analisadas torna o instrumento prosopográfico importante para a estruturação do trabalho em torno das contribuições dessas figuras para a Administração Pública brasileira.

A delimitação dos atores, todos de origem do Nordeste brasileiro, trabalhadores das administrações públicas, além de forte atuação no governo federal de diferentes Presidentes da República na composição e organização de ideais voltados ao desenvolvimento nas suas mais diversas formas e camadas geográficas. Os contrastes sociais, cenários de carência de políticas públicas, historicidade de problemas estruturais da região Nordeste influenciaram nas carreiras dos atores aqui analisados. Esses pontos em comum resultaram na possibilidade da construção das biografias coletivas sob o manto da prosopografia (FERRARI, 2010; TENÓRIO, WANDERLEY, 2018).

Outro ponto diz respeito ao fato de todos os atores serem reconhecidos contribuidores nos campos das Ciências Econômicas e Jurídicas, mas pouco reconhecidos como administradores públicos. Além de uma construção biográfica, a prosopografia levou esta pesquisa a elucidação de questões sobre o desenvolvimento acadêmicos de todos na área administrativa pública, como foi o caso de Celso Furtado e Guerreiro Ramos, professores da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no período citado (FERRARI, 2010; TENÓRIO, WANDERLEY, 2018; BAUER, FARIA e WANDERLEY, 2018).

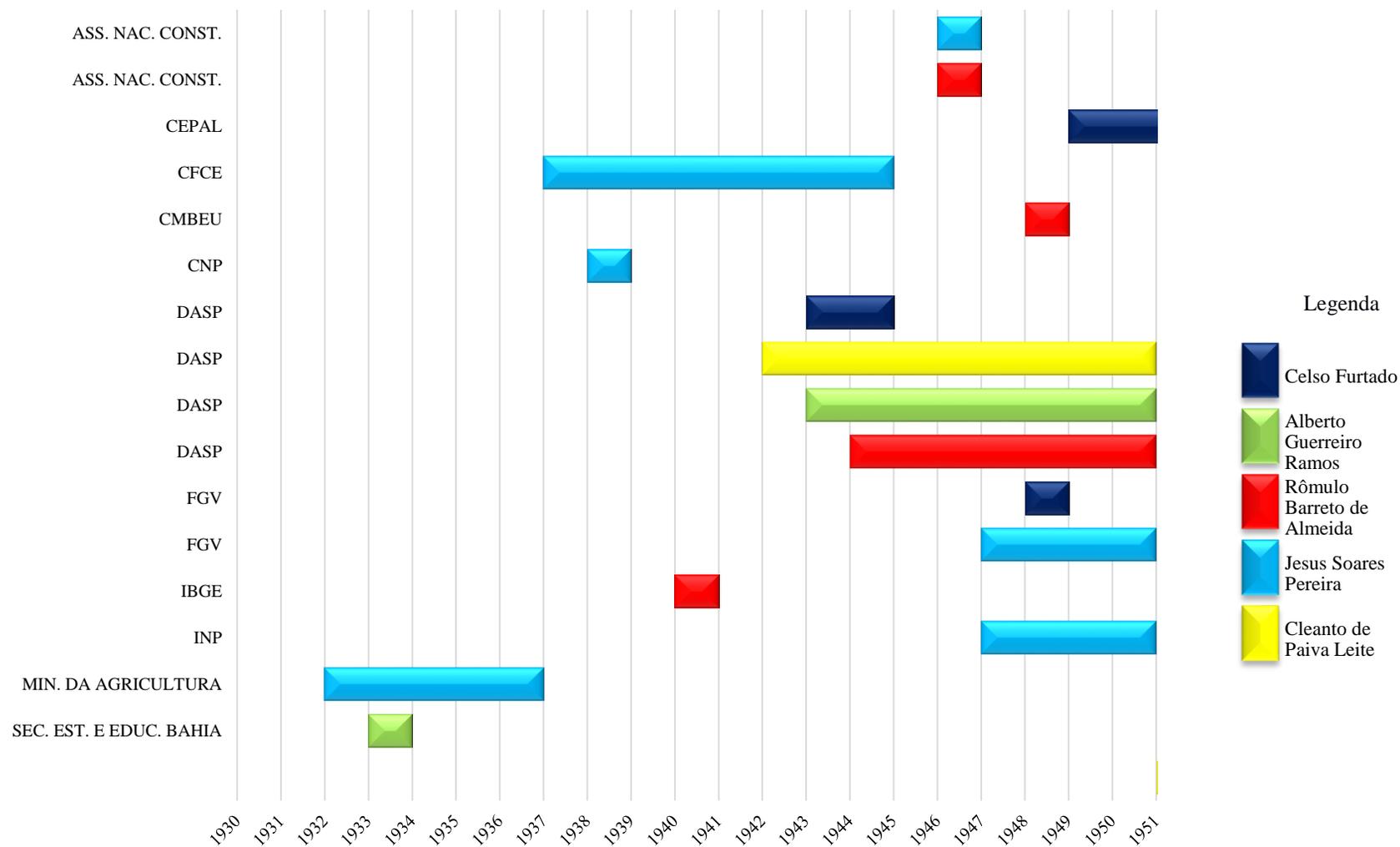


Figura 1: Trajetória dos Peregrinos (1930 - 1964) (Continua)

Fonte: Grupo de pesquisa “Peregrinos da ordem do desenvolvimento”.

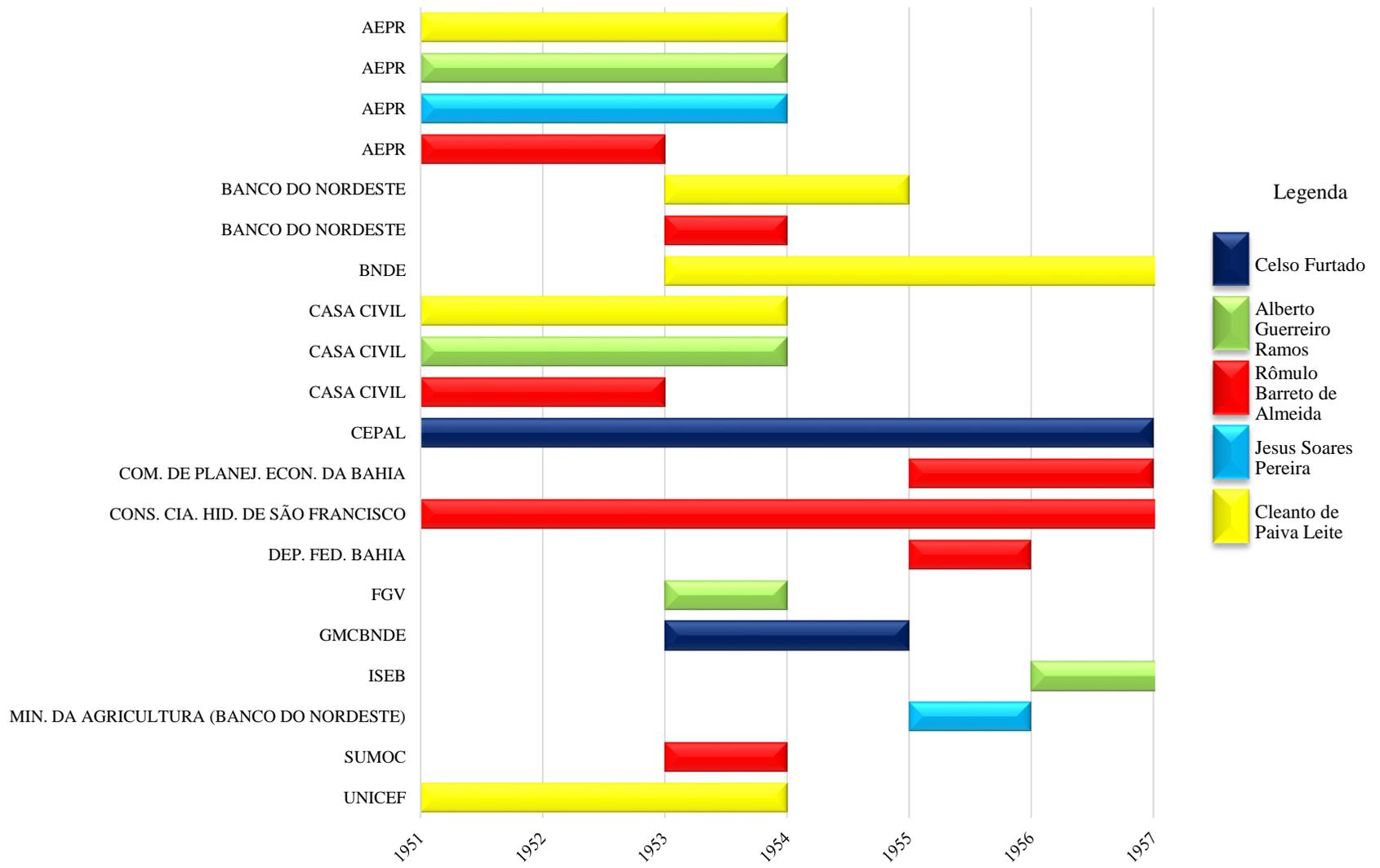


Figura 1: Continuação

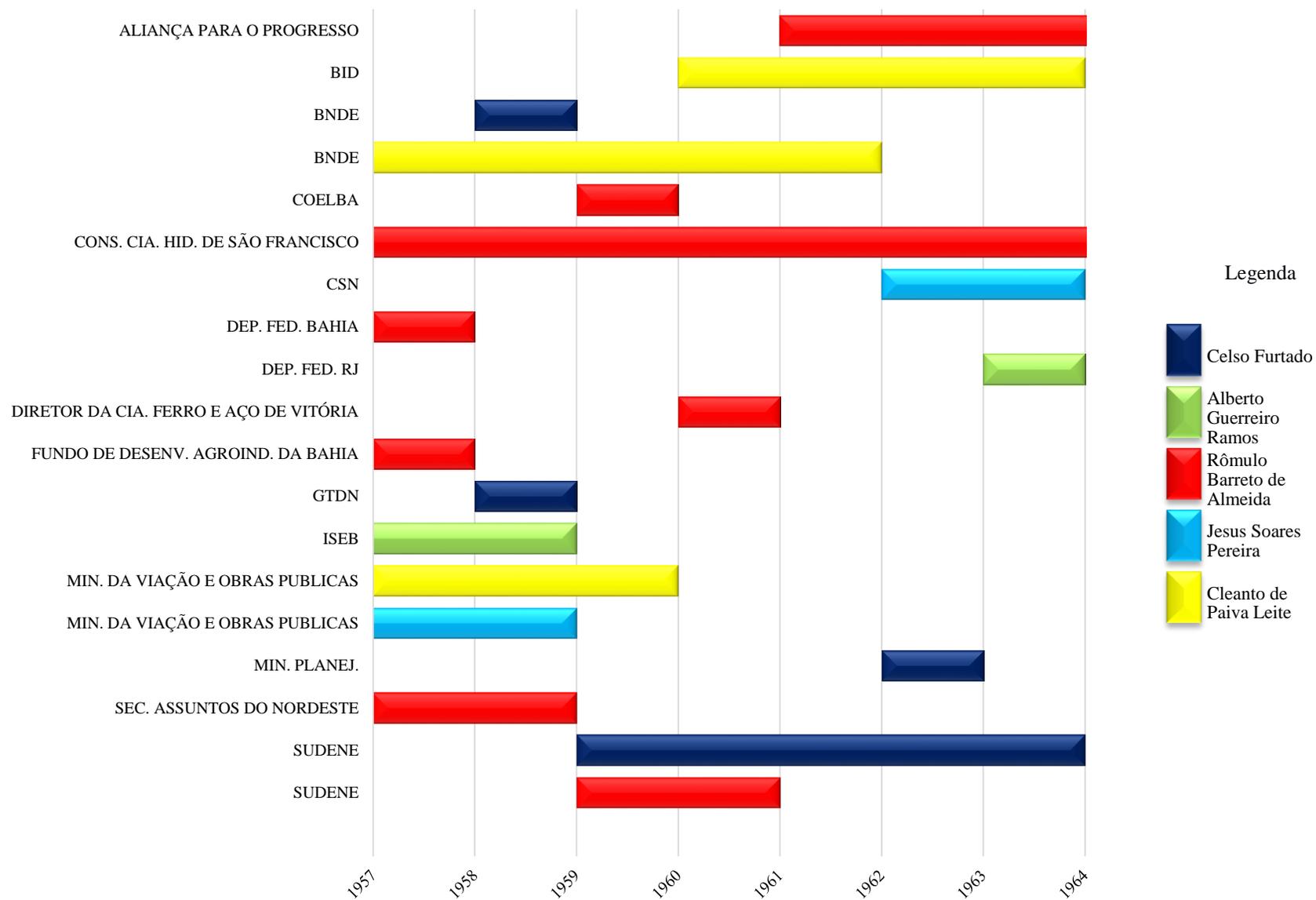


Figura 1: Continuação

Como se pode perceber pela trajetória da vida pública dos personagens estudados, a primeira característica geral do grupo se refere a origem social de cada um, condição essa que determina o direcionamento para compor uma elite de técnicos no serviço público na medida em que o fato de tratar-se de um conjunto de pessoas letradas, isto é, foi-lhes oportunizada a chance de estudar, no início do século XX, que corresponde a uma marca de distinção social num país de maioria analfabeta. Mais que isso, a maioria veio dos setores médios, seja em ascensão, seja em declínio. Sendo assim, os determinantes sociais que envolvem a produção social das fontes e a sua disponibilidade estão relacionados com o poder, ao mesmo tempo em que, quanto mais se desce na escala social, maiores são as dificuldades de encontrar fontes satisfatórias (CORRÊA, 2006).

Outro aspecto interessante é que o ensino superior teve peso importante, mas o autodidatismo mostrou-se igualmente relevante em um tempo onde os cursos de Economia e Administração não estavam presentes no país, mas que começaram a ser estruturados posteriormente.

Também é interessante notar que todos permearam diversos órgãos da Administração Pública ligados a diferentes segmentos, mas que possuíam o mesmo cerne: o planejamento. Trilharam um caminho de ascensão no serviço público até alcançarem os mais elevados cargos dentro da esfera do Poder Executivo.

Os gráficos apontam para dados resumidos, incluindo alguns presumidos por não terem sido encontrados nas fontes, mas que se basearam nas próprias trajetórias e posicionamentos. Dados o escopo do trabalho e as limitações temporais, podemos observar pelos gráficos que Jesus soares foi o primeiro²⁴ a ingressar no serviço público. Em 1932 já ocupava cargo no Ministério da Agricultura. É possível observar também que no ano de 1944 os cinco peregrinos já moravam e trabalhavam no Rio de Janeiro, quatro²⁵ deles fizeram parte do corpo de servidores do DASP, sendo que para três²⁶ deles foi através desse órgão a inserção no serviço público.

Com isso é possível se supor que em diversos momentos as trajetórias analisadas se cruzariam em algum ponto ou pontos. A análise gráfica comprova o entrelace dos peregrinos em diferentes órgãos, onde alguns deles merecem destaque. No caso do DASP, por exemplo, entre os anos de 1944 e 1945, Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto de Almeida e Cleanto de Paiva Leite estiveram trabalhando ao mesmo tempo no departamento. Também ocorreu de quatro²⁷ dos cinco peregrinos trabalharem juntos na Assessoria Econômica para Presidência da República entre 1951 e 1954. Concomitante, três deles, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto de Almeida e Cleanto de Paiva Leite, trabalharam diretamente com Getúlio Vargas na Casa Civil.

24 Ingressou no serviço público em 1925 na Companhia de Telégrafos do Ceará.

25 Exceto Jesus Soares Pereira.

26 Exceto Jesus Soares Pereira e Alberto Guerreiro Ramos.

27 Exceto Celso Monteiro Furtado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Born (2001), a trajetória de vida é a sequência de eventos da vida de uma pessoa, marcados pela frequência, duração e localização dos acontecimentos. A biografia coletiva constitui uma identidade característica de todo o grupo, capaz de traduzir essas trajetórias diversas em uma trajetória grupal e modelar o resultado das interações e da estrutura social que a concebeu. Segundo Carino (1999), não se biografa em vão, mas com finalidades precisas, sejam elas exaltar, criticar, demolir, descobrir, renegar, apologizar, reabilitar, santificar, dessacralizar. Essas finalidades e intenções fazem com que retratar vidas transforme-se numa pedagogia do exemplo.

O objetivo deste trabalho foi contribuir para o resgate e análise das trajetórias de Celso Monteiro Furtado, Alberto Guerreiro Ramos, Rômulo Barreto De Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleanto De Paiva Leite enquanto servidores públicos civis do período compreendido entre 1930 e 1964. Acredita-se que o caminho escolhido abriu algumas possibilidades, dentre as quais destacam-se:

- (i) As transformações administrativas propostas por Vargas na década de 1930 e a criação do DASP permitiram extrair de dentro da comunidade (rompendo com o patrimonialismo), um conjunto de pessoas com conhecimento técnico e capazes de promover uma verdadeira transformação na administração pública e, por conseguinte, uma transformação no estágio do desenvolvimento brasileiro.
- (ii) A análise da formação e atuação da Assessoria Econômica para a Presidência da República fortaleceu uma parte dos estudos historiográficos do período e deu um importante destaque a esse grupo que participou ativamente do Segundo Governo Vargas e que ainda não se encontra devidamente investigado e reconhecido.
- (iii) A construção da história de uma nação está intrinsecamente ligada à trajetória dos agentes que nela atuam e por isso devem ser levadas em consideração.

As mudanças realizadas na administração pública do Brasil se mostraram eficientes ao longo dos anos, embora tenha encontrado muita resistência. Essas alterações permitiram ao Brasil ingressar em um caminho de crescimento técnico capaz de promover os empreendimentos que eram necessários para impulsionar o desenvolvimento. Também proporcionaram distinção entre bens públicos e privados e a perpetuação, em parte, do clientelismo e deu a oportunidade de se escolher, dentre a comunidade, pessoas capazes e comprometidas com os projetos nacionais.

Procurou-se mostrar que a guinada no contexto político, econômico e administrativo brasileiros, a partir da Revolução de 1930, provocou o surgimento de uma elite de técnicos e dirigentes que desenvolveram seus saberes práticos antes do surgimento das escolas de graduação em administração. Diversos entre eles sequer eram formados em economia, mas são apresentados como economistas. O DASP e a AEPR são pontos de intercessão das carreiras dos peregrinos estudados, o que é de se supor, uma vez que estão inseridos em um contexto de melhoramento da estrutura organizacional do Estado brasileiro.

Outro ponto comum e que exige uma maior reflexão é que na década dos 30, esse grupo de nordestinos aqui estudados, apesar de o vulto que lhe pode ser atribuído, ainda assim possuem suas trajetórias como servidores públicos e gestores pouco conhecidas. Fazem parte de uma leva de que viam no estado de Rio de Janeiro um destino mais promissor para os jovens recém-formados, e que buscavam uma posição mais digna e materialmente mais estável. A região do Nordeste não oferecia muitas possibilidades de trabalho, tampouco de poder exercer uma profissão de relevância que

garantissem um futuro melhor. A decadência da região já era uma realidade dramática, e os filhos da terra abandonavam seus estados, família e amigos em busca de melhores horizontes.

O retorno de Vargas (1951-1954) revelou seus objetivos nacionalistas e industrializantes. Apesar de enfrentar um período de conflitos, principalmente o de enfrentamento com as forças de oposição do país foi possível avançar ainda mais na consolidação da implantação da indústria leve e do início da marcha rumo à indústria pesada.

Há o debate da historiografia pertinente acerca da existência ou não de um projeto para a nação. A justificativa para esse debate reside na ligação estabelecida pela literatura histórica entre a existência ou não de um projeto e o papel da Assessoria Econômica. Esse grupo é apontado como elaborador de um projeto nacional. Os projetos da Eletrobrás e Petrobrás fornecem uma tradução desse projeto de desenvolvimento capitalista liderado por Getúlio Vargas. Em ambos a Assessoria Econômica constrói o primado da empresa pública, em setores estratégicos, reservando negócios para o capital privado nacional ao mesmo tempo em que busca atrair capital externo, porém sobre os desígnios e liderança da empresa pública.

O trabalho dos cinco peregrinos foi, sem sombra de dúvida, admirável. No que tange suas condutas pessoais para com a Nação e para o Estado, como autênticos servidores públicos, foram exemplares. Em suma, trata-se de um subgrupo que atuava no interior do campo político e participava do jogo das elites como prestadores de serviços cooptados e como estratégia para obter melhores posições. Assim, participaram da construção de um campo de produção cultural, contribuíram para a ampliação dos processos educacionais e participaram da ação política.

Os mesmos promoveram de forma eficiente a construção de novos paradigmas para o Estado Nacional, dando-lhe a necessária sobrevida na administração e no planejamento público, a necessária interação Estado-Empresário, a ideia permanente sobre a defesa dos interesses nacionais, a construção de estudos e projetos que transcenderam aquele momento e se estenderam ao futuro, são algumas das lições que nos deixaram. O país, sem dúvida, muito deve a eles.

A História sempre nos pode ser útil, não para reproduzi-la, mas para repensar suas lições. Nosso país partiu de uma economia primário-exportadora em 1929, com elites conservadoras e sem uma estrutura adequada de Estado para um projeto de industrialização. A crise superou muito disso, com a Revolução de 1930, com a reestruturação do Estado e uma corajosa política nacional de desenvolvimento. Por isso, lembrar a vida e a saga desses peregrinos significa valorizar a memória destes brasileiros que honraram o Estado e a Nação a que serviram numa escala com poucos paralelos em nossa história.

É preciso hoje, e com urgência, repensar a questão nacional com novos caminhos possíveis para dar continuidade a nosso processo histórico de transformação progressista da economia e da sociedade nacionais. E, repetindo Furtado, preservar e incentivar a cultura e a criatividade nacionais, tão necessárias a essa tarefa. Mas, para isso, será fundamental, de novo, a reconstrução do Estado Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, M. C. (org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 119-154.

ABREU, M. P. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.

ABU-EL-HAJ, J. Da "Era Vargas" à FHC: transições políticas e reformas administrativas. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 36, n. 1/2, p. 33-51, mar-jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/560>. Acesso em: 6 mai. 2019.

ALMEIDA, R. **Romulo Almeida (depoimento; 1988)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1988. 199 p.

ARRAIS, M. E. **A Marcha Para o Oeste e o Estado Novo: a conquista dos sertões**. 2016. Artigo (Graduação em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15448/1/2016_MateusEurichArrais_tcc.pdf. Acesso em: 4 maio 2019.

AZEVEDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BARBOSA, A.; KOURY, A. **Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1075-1113, 2012.

BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista? **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 345-382, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/41971102/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BRANDÃO, C. O compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Carlos_Brandao> Acesso em: 2 jan. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 1.102 de 18 de maio de 1950**. Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução. Rio de Janeiro, 19 maio 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1102-18-maio-1950-363354-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL, F. G.; CEPÊDA, V. A.; MEDEIROS, T. B. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. **Temas de Administração Pública**, [S. l.], v.

9, n. 1, 2. sem. 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/issue/view/506>. Acesso em: 4 mar. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 663-686, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400007. Acesso em: 6 fev. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista eletrônica sobre a reforma do Estado**, Salvador, n.16, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-16-DEZEMBRO-2008-LUIZ20CARLOS20BRESSER.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. A Reforma da Administração Pública. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CABRAL, R. Ideologia, técnica e política em Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleanto de Paiva Leite e Ignácio Rangel. In: LIMA, M. C. (org.). **Os boêmios cívicos: A Assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013. p. 229-260. ISBN 978-85-7650-383-5. *E-book* (416 p.).

CALICCHIO, V. **Pereira, Jesus Soares**. Rio de Janeiro, 2009. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/pereira-jesus-soares>. Acesso em: 6 mar. 2019.

CAMARGO, A. R. **Repartição-Geral dos Telégrafos (1889-1930)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=565>. Acesso em: 3 abr. 2019.

CAMINHA, D. O. **Origens sociais, trajetórias e estratégias de ascensão da elite dirigente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no Estado Novo**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CANO, WILSON. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 444-460, Set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000300444&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Jun 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **Capitalismo Tardio**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, A. **Rômulo de Almeida**. Rio de Janeiro, 2009. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/romulo-barreto-de-almeida>. Acesso em: 12 dez. 2018.

CAVALCANTE, T. P. de A. Aspectos político-econômicos do segundo governo Vargas. In: LIMA, M. C. (org.). **Os boêmios cívicos: A Assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013. p. 67-95. ISBN 978-85-7650-383-5. *E-book* (416 p.).

CORRÊA, A. S. **Imprensa Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Correa-Imprensa-prosopografia-UFPR.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2018.

CPDOC. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias>. Acesso em: 8 abr. 2019.

_____. **O Governo de Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias>. Acesso em: 8 abr. 2019.

D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Anos de Formação 1938-1948: O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2014.

D'ARAUJO, M. C. (org.). **Getúlio Vargas**. 2. ed. Brasília : Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2017. ISBN 978-85-402-0513-0. *E-book (429 p.)* – (Série perfis parlamentares; n. 72).

_____. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: _____ (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 119-154.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90).

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DUARTE, P. H.; GRACIOLLI, E. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX/ENGELS, 5. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007.

DULCI, Tereza Maria Spyer. Política Externa no Segundo Governo Vargas: a atuação de Cleanto de Paiva Leite na Assessoria Econômica da Presidência da República. In: **Multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial**. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte. 2013.

FERRARI, M. Prosopografia e historia política: algunas aproximaciones. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, pp. 529-550, 2010.

FILHO, J. E. Tentativas De Integração Nacional Brasileira Na Primeira Metade Do Século XX. **PARAONDE!?**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22113/12875>. Acesso em: 18 out. 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 19-58, Junho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042010000100002>.

FREITAS, I. G. de. O DASP e a Administração Pública Federal. **Revista do Serviço Público**, v. 98, n. 3, p. 05-07, 2 out. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Guerreiro Ramos. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos> Acesso em 21 fev. 2019.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 116p.

_____. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALLO, F. As preocupações com a integração territorial do Brasil e o pensamento geopolítico nacional: a relevância da aviação na ocupação do país. **Entre-Lugar**, Dourados (MS), p. 57-74, 2º sem. 2010. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/download/757/745>. Acesso em: 3 abr. 2019.

GLADDEN, E. N. A Administração Pública e a História. **Revista do Serviço Público**, Brasília, p. 27-36, jul./set. 1974.

GUEDES, C. A. M. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. In: POCHMANN, M. et al **O mundo do trabalho – Crise e mudança no final do século**. Projeto Ministério do Trabalho/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. São Paulo: Página Aberta, 1994.

GUIDO, C. **Celso Monteiro Furtado**. Rio de Janeiro, 2009. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>. Acesso em: 2 jan. 2019.

LEITE, Cleanto de Paiva. Cleanto de Paiva Leite (depoimento; 1988). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC- História Oral, 1988.36 p.dat. Entrevista concedida a Anamaria Ladeira Aragão e Plínio de Abreu Ramos.

LEOPOLDI, M. A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: SZMRECSÁNYI, Tamáz; SUZIGAN, Wilson (org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. v. IV, cap. 1.

LESSA, C.; FIORI, J. Houve uma política nacional-populista? Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 176-197, 1991.

LESSA, G. O DASP e a Reforma Administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, jan./abr. 1970.

LIMA, M. C. A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno. In: _____ (Org.). **Os boêmios cívicos: A Assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013. p. 175-227. ISBN 978-85-7650-383-5. *E-book* (416 p.).

LIMA, M. **Petróleo, energia elétrica, siderurgia**: a luta pela emancipação. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOUREIRO, M. R. **Os Economistas no Governo**: gestão econômica e democracia, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1997.

MACIEL, A. Getúlio Vargas e os boêmios da industrialização. **Jornal do Commercio**, Recife, Fev. 2014. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=1113. Acesso em: 8 nov. 2018.

MICELI, S. Biografia e cooptação. In:_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.347.

MOTTA, M. S. da. “Os boêmios cívicos” da Assessoria Econômica: sobre técnicos e decisão política no governo Vargas (1951-54) In: **História oral: história, cultura e poder**. Juiz de Fora (MG), 2005.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 17, p. 240-264, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222007000100010&lng=pt&nrn=iso>. Acessos em 02 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000100010>.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, L. L. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], 1978. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-04/325-revolucao-de-1930-uma-bibliografia-comentada/file>. Acesso em: 17 abr. 2019.

OLIVEIRA, G. A. A burocracia weberiana e a administração federal brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 4, n. 2, p. 47-74, 1970.

PAIXÃO, E. R. Jesus Soares Pereira e o Nacionalismo no segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954). In: Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e patrimônio, 14, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UniRio, 2010. Disponível em: <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares#E>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PEREIRA, J. S.. **O homem e sua ficha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

PEYERL, D. **A contribuição do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobras na formação de profissionais para a exploração do petróleo no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RABELO, F. L. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.3, n.6, p.132-142, dez. 2011.

SAAVEDRA CASTRO, M. H. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, R. B. dos. **A Assessoria Econômica da Presidência da República**: Contribuição para a interpretação do Segundo Governo Getúlio Vargas (1951-1954). 2006. 146 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285524>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SARETTA, F. A política econômica brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 113-129, 1995.

SENRA, K. V. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil**: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009) (Dissertação). Unb, 2009.

SICHEL, D. L.; SILVA, V. de P. “Peregrinos da ordem do desenvolvimento”: Gestores públicos do Nordeste na formação [da administração pública] do estado republicano (1930-1964) - Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Cleanto de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida (Memórias Brasileiras). **CSDT**, [S. l.], jul/dez 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/csdt/issue/view/306/Relato%20de%20Experi%C3%Aancia>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SILVA, R. P. Celso Furtado e a administração pública: uma leitura de suas primeiras publicações (1944-1948). **História Unisinos**, [S. l.], jan/abr 2010.

SOUZA, G. C. de ; ORNELAS, A. L. Alberto Guerreiro Ramos e a autonomia dos estudos organizacionais críticos brasileiros: esboços de uma trajetória intelectual. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, jul/set 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n3/1679-3951-cebape-13-03-00438.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

SOUZA; ASSIS. de. **A serviço do Brasil: A trajetória de Rômulo Almeida**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2006. 423 p. ISBN 85-903699-4-3.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

TENÓRIO, F. G.; WANDERLEY, S. Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 507-526, maio/jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n3/1982-3134-rap-52-03-507.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

TENÓRIO, F. G. Permanência do modelo weberiano. **Revista Internacional de Ciências Administrativas**, Instituto Internacional de Ciências Administrativas, v. 47, n. 3, 1983.

TOSCANO, M. Guerreiro Ramos e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). **ILHA**, [S. l.], jun 2016.

VARGAS, G. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1951.

VIANNA, S. B. Política econômica externa e industrialização: 1946 - 1951. In: ABREU, M. de P. (org.). **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. cap. 4, p. 105-122.

WAHRLICH, B. de S. **Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-administrativo-do-servico-publico-dasp>. Acesso em: 3 mar. 2019.

_____. **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983. 908 p.

_____. O Governo Provisório de 1980 e a Reforma Administrativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 05-68, out/dez. 1975. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6017/4683>. Acesso em: 7 mar. 2019.

_____. Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 27-75, abr/jun. 1974. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/5965/4625>. Acesso em: 7 mar. 2019.

WANDERLEY, S. “IdeologiesSeparate; ProjectsUnite”: Estado, desenvolvimentismo e a formação prática de técnicos e dirigentes (1934-1955). *In*: V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 2018, Curitiba. **Anais[...]**. 2018. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT12-110-32-20180504103648.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

WEBER, M. **Textos Coligidos**. São Paulo: Ática, 2001.